



Filatelia

Philately
FEBRAF'S Magazine
Brazilian Federation of Philately

Revista da FEBRAF

ANO IV | Nº 7 | JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019





Filatelia

Revista da FEBRAF

ANO IV | Nº 7 | JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Diretor

Rubem Porto jr.

Editores

Rogério A. Dedivitis

Fernando Moreira dos Santos

Publicação distribuída gratuitamente
às entidades filatélicas associadas
à FEBRAF.

Aceitam-se colaborações na forma
de artigos técnicos. Os interessados devem
entrar em contato com o Editor.

As opiniões emitidas nos artigos
desta revista são de inteira responsabilidade
dos seus autores e não espelham,
necessariamente, as opiniões dos editores.

Permite-se a reprodução total ou parcial
das matérias apresentadas nesta edição,
desde que mencionadas a fonte.
Quando tal fato ocorrer, solicitamos
informar os editores.

Projeto Gráfico e Diagramação

Márcio Seco

marcioseco@marcioseco.com



Interessado em escrever artigos para a revista da FEBRAF? Veja as seguintes instruções para autores:

A FEBRAF publica a revista FILATELIA, onde destaque é dado aos artigos didáticos, com o intuito de contribuir na formação dos leitores. Filatelistas interessados em divulgar seus estudos e suas pesquisas filatélicas na revista da FEBRAF devem observar os itens seguintes:

I) Todo material recebido, uma vez aprovado, será agendado para um número da revista onde haja o espaço necessário para a sua publicação.

II) O texto deve ser elaborado utilizando-se o processador "Word" (formato ".doc") da Microsoft: Fonte = Times New Roman; Tamanho da Fonte = 12. Espaçamento = 1,5.

III) As ilustrações devem ser digitalizadas (ou escaneadas) de modo a produzir arquivos com alta resolução (usar 300 "dpi"), no formato "jpg".

IV) Na digitalização de selos (principalmente), blocos, franquias mecânicas, cartas, etc., utilizar, sempre que possível, um fundo preto de modo a realçar o contorno das peças (picote, no caso dos selos).

V) Cada ilustração deverá ser numerada em sequência (figura 1, figura 2, figura 3, etc.) e referenciada no texto. Não há necessidade de incluir as ilustrações dentro do texto (fazer arquivos separados).

VI) Para cada ilustração, elaborar uma curta legenda explicativa.

VII) Enviar os arquivos, de uma só vez, por: www.wetransfer.com.

VIII) A remessa deverá ser feita em nome do Editor da revista, Dr. Rogério Dedivitis, no seguinte endereço: dedivitis.hns@uol.com.br

IX) Toda e qualquer dúvida poderá ser esclarecida junto com o Editor da revista FEBRAF.

índice

Palavra do Presidente	04
Rubem Porto Jr.	
Mandato britânico na Palestina 1921-1948 (Administração civil) Parte 1.....	05
Paulo Risi	
Ensaaios e provas dos inteiros postais do Brasil Império	09
José Carlos Vasconcellos dos Reis	
B.L.P. – Busta Lettera Postale	21
Rogério A. Deditivis	
Sobre montanhas e filatelia. Registro filatélico da 3a Expedição Britânica ao Monte Everest (1924). Revisado e atualizado.....	24
Rubem Porto Jr.	
Primeira referência a Brasília na filatelia.....	30
11 de agosto de 1927	
Reinaldo E. Macedo	
Mulheres brasileiras que fizeram história	34
Agnaldo de Souza Gabriel	

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2019 foi marcado por um dos mais importantes momentos filatélicos da história da filatelia brasileira: os 100 anos de fundação da Sociedade Philatélica Paulista. A Febrap, dentro de suas limitações, ajudou a fazer com que este momento fosse marcante, auxiliando e apoiando as iniciativas a eles ligadas, mas principalmente na busca da viabilização do lançamento do Bloco Comemorativo e na realização de uma exposição nacional competitiva. Afinal, não é a todo momento que sociedades filatélicas, sejam de onde for, completam um centenário.

Como parte dos justos festejos, realizamos em conjunto mais uma edição da BRAPEX. Com muito sucesso, novas coleções se apresentaram, outras foram remontadas, apresentando para os que lá estiveram um bom painel da filatelia nacional. Na ocasião, dentro da perspectiva de renovação dos quadros federativos no que diz respeito ao quadro de jurados, tivemos a aprovação de três novos filatelistas que atuarão nas Classes Tradicional, H. Postal e Literatura.

Administrativamente, temos nos empenhado em superar as dificuldades que a falta de recursos e patrocínio traz. Não é tarefa fácil e ainda devemos avançar muito para que estabeleçamos um “modus operandi” satisfatório. Mas

estamos empenhados em achar soluções e elas haverão de surgir.

Internacionalmente, nossa representação segue firme, com atuações marcantes de nossos companheiros na FIAF e na FIP, com nossos jurados tendo marcantes atuações nas mais variadas exposições internacionais e nossos colecionadores conquistando importantes prêmios pelo mundo afora. Um agradecimento muito especial a todos que em 2019 atuaram como representantes de nossa Instituição como Comissários. Só quem já atuou na função sabe a dificuldade e a responsabilidade de tal missão.

O ano de 2020 se coloca como um momento de grande atividade filatélica em nível internacional. Além de todos os eventos FIP e FIAF que acontecerão, 2020 é ano de Lubrapex, exposição tão cara a cada um de nós. É a hora da filatelia brasileira mais uma vez dizer presente neste grande e fraterno evento. Preparem suas coleções e sigamos para Évora em outubro de 2020. Para que possamos manter nosso nível de representação, faz-se necessário mantermos nossa presença nos eventos sempre levando a eles o que de melhor tivermos.

Por fim, agradeço a cada filatelista que colaborou para que 2019 fosse o sucesso que foi e convido-os a se manterem ativos nesse intenso 2020 que se apresenta.

Rubem Porto Jr

MANDATO BRITÂNICO NA PALESTINA

1921 - 1948 – ADMINISTRAÇÃO CIVIL (Parte 1)

Em primeiro de julho de 1920, a administração militar da Palestina foi substituída por uma Administração Civil. Sir Herbert Samuel (Figura 1) foi nomeado o primeiro Alto Comissário da nova Administração.

Em reconhecimento às três populações instaladas na região, a nova Administração decidiu que todos os documentos oficiais seriam impressos em árabe, inglês e hebraico. Os onze valores de selos tipografados impressos em Londres e utilizados pelas Forças Expedicionárias Egípcias (E.E.F) durante a administração militar, receberam em Jerusalém, sobreimpressão do nome “Palestina” nas línguas inglesa, árabe e hebraica.



Figura 1 - De família judaica ortodoxa, Samuel era um político liberal, nascido em Liverpool (1870). Havia sido o responsável geral pelos serviços postais da Inglaterra no período de 1910 a 1914

Membros judeus do Conselho Administrativo Civil, solicitaram a inclusão das letras hebraicas Aleph e Yod, em referência às iniciais da palavra

“Eretz Yisrael” (Terra de Israel). Inicialmente as letras foram posicionadas antes da palavra “Palestina”, e uma prova foi realizada com esse layout (Figura 2). Entretanto, os árabes do conselho consideraram que essa teria sido uma decisão de significado político e solicitaram a retirada das iniciais. O Alto Comissariado, entretanto, aceitou a inclusão das duas letras, desde que utilizadas sempre após a palavra “Palestina” (lembrar que tanto o hebraico como o árabe são lidos da direita para a esquerda).



Figura 2 - As letras Aleph e Yod (Eretz Yisrael) antes da palavra Palestina. Uma prova foi realizada com essa sobre-impressão (Fig.13). O layout adotado entretanto, teria as letras Aleph e Yod posicionadas depois da palavra “Palestina”.

No dia primeiro de setembro de 1920, a primeira série do período da Administração Civil foi emitida com o novo layout (fig3).



Figura 3 – As letras Aleph e Yod (Eretz Yisrae) posicionadas depois da palavra “Palestina” (layout adotado para a emissão).

A sobreimpressão foi realizada na gráfica localizada em um convento da Igreja Grega-Ortodoxa, em Jerusalém, e por esse motivo, a primeira das três emissões locais, ficou conhecida na filatelia como emissão de Jerusalém ou Jerusalém I (Figura 4).

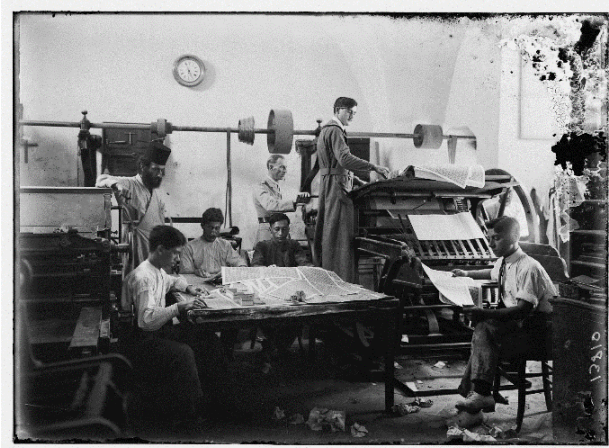


Figura 4 (24.08.1920) - Foto tirada durante a produção da sobreimpressão dos selos E.E.F.

Na primeira emissão, a palavra “Palestina” em árabe (topo) possui largura total de 8mm. As letras de forma da palavra “PALESTINE” (inglês), contém pequenos traços ao final de cada letra (fonte serifada), característica das emissões locais. As onze denominações utilizadas durante o período militar receberam a sobreimpressão

conhecida atualmente como “Jerusalém I” (fig.5). Figura 5 - Jerusalem I



Figura 5 - Jerusalem I

Em novembro de 1920, a primeira emissão de Jerusalém sofreu uma mudança. Os árabes solicitaram que a palavra Flstin (Palestina em árabe) fosse aumentada ganhando maior destaque. Na segunda emissão portanto, a palavra Palestina, em árabe, possui um total de 10mm de largura. A distância entre as palavras em inglês e hebraico é de 7mm. Apenas 8 denominações receberam essa segunda sobreimpressão (fig.6).

Essa emissão recebeu o nome de Jerusalém II. Todas as oito denominações aparecem com perfuração 15:14 ou 14:14. Essa variedade deu-se em função de um erro durante o despacho das folhas que eram enviadas de Londres. As folhas com perfuração 14:14 deveriam seguir para a Transjordânia que, nesse período também utilizava os selos E.E.F., porém, com



Figura 6 – Jerusalém II

sobreimpressão “Leste do Jordão” em árabe. Um mês depois, em dezembro de 1920, foi necessária nova impressão dos selos com denominação 1m, 3m e 5m para reposição de estoque. Essa tiragem apresentou melhora na qualidade da sobreimpressão, sendo essa um pouco mais fina que a anterior. Outra característica notada é a distância entre as palavras Palestina em inglês e árabe, que passou a ser de 6mm. Essa tiragem é catalogada como “Narrow Overprint”.

A última emissão local, conhecida como Jerusalém III, foi realizada em 1921. Dessa vez, todas as onze denominações dos selos E.E.F. receberam a nova sobreimpressão (fig.7). Essa, possui características muito similares à anterior (Jerusalém II). Portanto, para as denominações 1m, 2m, 3m, 4m, 5m, 1p, 2p e 5p, comum às duas emissões (Figura 6), deve-se realizar identificação criteriosa. Vários artigos já foram escritos com o intuito de identificar as diferenças e os catálogos especializados apresentam tabelas e desenhos para facilitar a identificação. Entretanto, salvo em alguns casos onde é possível notar variedades proeminentes, a diferenciação entre as emissões Jerusalém II e III torna-se tarefa árdua. É aconselhável procurar um expert nessa emissão para certificação das peças de maior raridade.

As sobreimpressões nomeadas na filatelia como emissões Jerusalém I, II e III foram realizadas em local sem iluminação adequada, em gráfica não especializada e sem critério de qualidade e controle característico dos ingleses. As



Figura 7 - Jerusalém III – Última sobreimpressão local

condições adversas e a utilização de pessoal sem treinamento (e sem domínio dos idiomas), dirigidos por diferenças políticas, acabou por gerar incontáveis erros e variedades nessas emissões (atualmente, prato cheio para os filatelistas) – ver alguns exemplos nas figuras 8, 9, 10, 11, 12, 13.



Figura 8 - Jerusalém I – Sobreimpressão invertida



Figura 9 - Jerusalém I – Sobreimpressão deslocada – Hebraico no topo, árabe no centro e inglês no fundo.



Figura 10 - Jerusalém I – Selo lado direito apresenta a variedade “B” – letra “B” ao invés da letra E no final da palavra PALESTINE (inglês).



Figura 11 - Jerusalém II – Sobreimpressão invertida



Figura 12 - Jerusalém I – Transposed error – No selo do lado direito, as aspas (") aparecem no final da palavra. As aspas são usadas como abreviação da palavra e nesse caso ela viria após a letra Aleph como forma de abreviação da palavra Eretz (terra).



Figura 13 - Jerusalém I – Provas de canto de folha das onze denominações sobreimpressas em Jerusalém. As letras em hebraico, Aleph e Yod, abreviação de Eretz Yisrael (Terra de Israel), aparecem antes da palavra Palestina (em hebraico). Os árabes entenderam isso como uma afronta política. Tentando atender às reivindicações dos dois lados, os ingleses aprovaram a inclusão das letras depois da palavra Palestina. Série vendida pela em leilão na Heinrich Kohler (2013), por 14.000,00 euros (mais comissão).

Referências

- 1 - Bale Palestine - Specialized Catalogue (2010)
- 2 - The Holy Land Philatelist (vols 3-4)
- 3 - George V and the GPO (2010)
- 5 - Holy Land Philatelic Society (UK)
- 6 - Society of Israel Philatelists (US)

ENSAIOS E PROVAS DOS INTEIROS POSTAIS DO BRASIL IMPÉRIO

José Carlos Vasconcellos dos Reis

Comissão de Inteiros Postais da FEBRAF

zecavasconcellos@gmail.com

Introdução

O tema deste pequeno trabalho constitui grande desafio para filatelistas e pesquisadores deste setor da filatelia brasileira: encontrar, estudar e classificar os ensaios e provas dos inteiros postais emitidos pelo Império do Brasil é uma verdadeira “caça ao tesouro”.

Pode-se, talvez, resumir assim as principais dificuldades existentes:

(a) O interesse pelo colecionismo de inteiros postais surgiu, no Brasil, em época muito mais recente, se comparado ao interesse pelos setores filatélicos mais “clássicos”, como a filatelia tradicional ou mesmo a filatelia temática. Sintomático desse surgimento recente foi a publicação apenas em meados dos anos 1990 do Catálogo de Inteiros Postais do Brasil, de Peter Meyer, obra que pode ser considerada pioneira, por sua abrangência, na classificação dessas peças.

(b) Ao surgimento tardio do interesse pelos inteiros postais somou-se o natural desenvolvimento também relativamente recente de estudos mais profundos dessa matéria, ao passo que a chamada filatelia tradicional já contava, no Brasil, com trabalhos importantes publicados desde os seus primórdios, ainda no século XIX. Essa efervescência tardia do tema manifestou-se também na formação, desenvolvimento e divulgação das coleções mais emblemáticas a ele relacionadas, com a paulatina conquista de prêmios de destaque em exposições nacionais e internacionais. Não é exagero dizer que os estudos sistemáticos e as coleções mais relevantes de inteiros postais do Brasil só vieram

a público, efetivamente, no final do século XX, com trabalhos notáveis, por exemplo, de filatelistas como Reinaldo Macedo, Marcos Chusyd e Rogério Dedivitis, dentre outros.

(c) Naturalmente, é só com o estudo, classificação e sistematização que as peças existentes vão-se tornando conhecidas, e com elas os seus tipos e subtipos, variedades, erros de impressão etc.

(d) Esses fatores são potencializados quando se trata não das emissões propriamente ditas, mas dos ensaios e provas respectivos, que, se já são peças muito mais escassas em qualquer setor da filatelia, tornam-se ainda mais raras quando se trata de ensaios e provas de inteiros postais, sejam eles envelopes, bilhetes postais, cartas-bilhetes ou cintas, isto pelos mesmos motivos já diagnosticados acima.

Tudo isso deve ser “elevado ao cubo” quando se fala das peças oriundas do período imperial, em razão do maior distanciamento no tempo. Se a raridade já é uma característica de diversos inteiros postais emitidos nessa época, como as chamadas cartas-bilhetes “precursoras” (quando circuladas com selos postais nelas afixados) e as cartas-bilhetes para uso exclusivo do Diretor-Geral dos Correios, todas de 1883, isto fica ainda mais notável com relação ao que podemos chamar de material preparatório das emissões, ou seja, os ensaios e as provas.

A escassez de peças “sobreviventes” disponíveis no mercado, à qual corresponde também uma escassez de estudos a seu respeito, faz com que não haja, ainda, um trabalho de classificação e catalogação completo e sistemático desse material (ao passo que, por exemplo, ensaios e

provas dos selos do Brasil Império receberam um trabalho primoroso, nesse sentido, no esplêndido Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil, de Peter Meyer, publicado em 1999).

Para tornar esse setor da filatelia brasileira ainda mais enigmático e nebuloso, como se sabe, na época em que a American Bank Note Co., de Nova York (que imprimiu boa parte dos inteiros postais do Brasil Império), realizou o célebre leilão de seus arquivos, houve uma greve dos correios nos Estados Unidos, o que fez com que o material fosse adquirido por poucas pessoas presentes, oriundas de lugares muito diferentes, ocasionando a dispersão das peças. Isso também dificultou – ou mesmo inviabilizou – um trabalho de sistematização e catalogação completa dessas peças, que ficaram dispersas e pulverizadas – e, conseqüentemente, desconhecidas – por muito tempo.

Este pequeno trabalho pretende dar uma contribuição, ainda que modesta, para isso. Agradeço imensamente, já aqui nestas palavras iniciais, aos filatelistas José Luís Fevereiro, Peter Meyer, Reinaldo Macedo e Rogério Dedivitis (listados em ordem alfabética), pela inestimável contribuição que deram, franqueando-me informações, peças e/ou imagens, para que este artigo ficasse o mais completo e abrangente possível.

1. Uma observação conceitual

A leitura dos trabalhos conhecidos nesta seara e a observação das coleções mais significativas apresentadas em exposições filatélicas permitem constatar certa polêmica sobre o exato sentido dos conceitos de ensaio e prova. Qual exatamente a diferença entre essas noções?

Importante contribuição para o esclarecimento desses conceitos foi dada, recentemente, pelo filatelista Fernando Moreira dos Santos, em diversos trabalhos publicados sobre os chamados “ensaios de Cottens” (de selos Dom Pedro, Barba Branca, não emitidos). Na linha da pesquisa por ele realizada, pode-se assim resumir tais conceitos:

(a) Ensaio é a gravação realizada no início do processo de criação de um novo selo postal, com a intenção de submetê-lo à aprovação do ente contratante, que, no Brasil, seria a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, antiga Diretoria Geral dos Correios. Algumas vezes, os ensaios eram elaborados como rascunhos do artista que os confeccionava, e por isso ficaram conhecidos também como “ensaios do artista”. O ensaio pode ser feito “oficialmente”, isto é, por encomenda do ente contratante, ou mesmo por iniciativa do artista que pretende ser contratado para a respectiva emissão postal. Na fase do ensaio, ainda não se sabe se o selo (ou outra peça filatélica) será emitido ou não. Assim, os ensaios são “amostras do produto que se pretende elaborar e, por isso, geralmente são gravados em pequena quantidade e em formato e desenho que se pretende seja o futuro selo”. Por tal razão, na confecção dos ensaios é comum o emprego de papel-cartão, que facilita a apresentação e o manuseio e aumenta a durabilidade. Mas há muitas variações nos papéis utilizados nos ensaios (papel da Índia, papéis finos, cartonados, filigranados, não filigranados etc.).

(b) As provas surgem já no início do processo de emissão propriamente dita do selo ou outra peça filatélica, após a aprovação do ente contratante. Até o momento desta aprovação, o que se tem é o ensaio. As provas podem ser de diversas ordens, mas sempre já relacionadas ao próprio processo de confecção da peça. Apesar de haver quem entenda que a prova pode ser o próprio ensaio, após ter sido aprovado, Fernando Moreira dos Santos defende, com razão, que essa classificação não é a interpretação mais adequada, sobretudo quando se levam em conta as emissões elaboradas por entes privados. Realmente, o marco divisor mais adequado entre o ensaio e a prova é a aprovação pelo ente contratante, critério que era adotado, inclusive, pela extinta U.S. Essay-Proof Society. Mas, claro, isso não significa que a prova de um selo ou outra emissão postal seja idêntica à peça “definitiva”. São muito conhecidas, por exemplo, as provas impressas em cores diferentes daquela adotada

para a emissão. O que importa para que a peça seja uma prova e não um ensaio é o fato de já ter havido a aprovação, a decisão de que o selo (ou inteiro postal, no nosso caso) será efetivamente emitido. Há diversos tipos de prova: a chamada “prova do artista” (que ainda está sendo melhorada pelo artista, mas já tendo sido definido que o selo será emitido, não fazendo parte da emissão numerada e podendo servir de referência para a tiragem da série); prova de escova (obtida ao se bater com escova sobre folha de papel umedecida colocada em cima da matriz já entintada); prova de papel (teste do tipo de papel a ser utilizado); prova de cor (testes em relação à cor a ser utilizada); prova de tinta (teste que pode ser útil para se verificar a durabilidade da tinta, como ocorre também com o teste do papel); prova da matriz (em inglês, “die proof”, que é a impressão feita diretamente da chapa matriz do selo a ser emitido, sendo que pode ser da matriz final, quando recebe a denominação de “master die proof”), dentre outras variações possíveis.

O estudo aqui desenvolvido parte destas premissas conceituais, não isentas de polêmicas e críticas, mas que parecem as mais adequadas no atual estágio de evolução dos trabalhos sobre o tema.

A seguir, serão abertos capítulos dedicados, individualmente, aos ensaios e provas dos diversos inteiros postais emitidos pelo Império do Brasil (envelopes, bilhetes postais, cartas-bilhetes e cintas).

2. Specimen de envelope de 100 réis, de 1867, impresso pela ABN

A FIGURA 1 mostra um envelope de 100 réis, da emissão de 1867, no formato 140 x 83 mm, com a palavra “BRAZIL” medindo 15 mm de largura. O selo fixo é impresso em preto, ao contrário da cor verde da emissão definitiva.

Esta peça apresenta a inscrição “SPECIMEN”, em vermelho, e por tal motivo não se enquadra de forma rigorosa no conceito de prova adotado neste trabalho, pois trata-se, mais propriamente, de uma amostra, ou seja, um exemplar destinado a divulgar a nova emissão postal. Entretanto, a

peça não deixa de ser um elemento que poderíamos incluir na categoria da “pré-emissão”, e o fato de ter sido impresso em cor diferente da definitiva o aproxima do conceito de prova, e por isso é de todo conveniente sua inclusão neste trabalho.

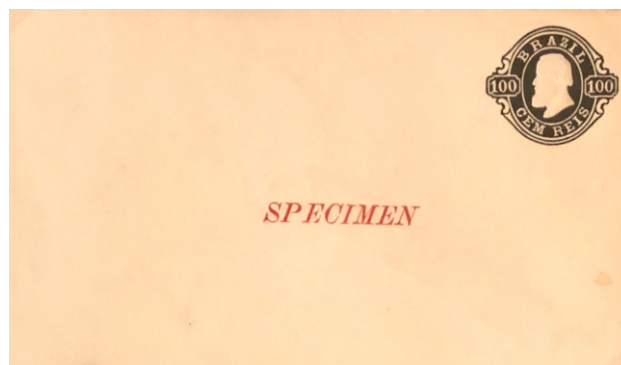


Figura 1

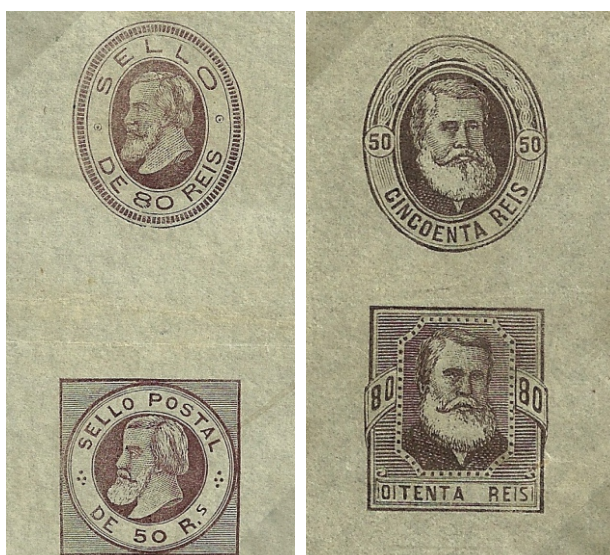


Figura 2 e 3

3. Primeiros ensaios para os bilhetes postais simples e duplos, de 1880, que viriam a ser impressos pela Casa da Moeda.

As FIGURAS 2 e 3 reproduzem ensaios não aprovados, com a cabeça do Imperador, de selos fixos com os valores faciais de 50 réis (porte nacional para bilhetes postais, excluído o porte urbano – isto é, dentro da mesma cidade –, que era de 20 réis) e 80 réis (porte internacional para bilhetes postais).

Estes ensaios – que acabaram não sendo incorporados à emissão definitiva –

representam um dos primeiros passos para a produção dos bilhetes postais simples e duplos de 1880.

4. Ensaio do bilhete postal de 20 réis, da emissão de 1880 (Armas do Império), impresso pela Casa da Moeda

A FIGURA 4 exhibe um ensaio referente aos bilhetes postais de 1880, que têm o selo fixo estampando as Armas do Império, com o valor facial de 20 réis e, no canto inferior esquerdo, a inscrição “ENSAIO”, abaixo da moldura.

Como se pode observar, o selo fixo desta peça apresenta a forma que veio a ser empregada, definitivamente, no bilhete postal de 80 réis, desta mesma emissão. Trata-se, portanto, de ensaio não aprovado para o bilhete de 20 réis, que acabou saindo com selo fixo diferente.



Figura 4

5. Prova do selo fixo do bilhete postal de 50 réis, da emissão de 1880 (Armas do Império), impresso pela Casa da Moeda

A FIGURA 5 mostra uma prova, em papel fino e na cor preta, do que viria a ser o selo fixo do bilhete postal de 50 réis, no padrão Armas do Império, emitido em 1880. O bilhete de 50 réis desta emissão, como sabe, teve o azul como sua cor definitiva, e correspondia ao porte nacional (entre cidades diferentes, pois o porte urbano – dentro da mesma cidade – era de 20 réis nessa época).



Figura 5

6. Provas do bilhete postal duplo de 50 réis, da emissão de 1880 (Armas do Império), impresso pela Casa da Moeda

Na FIGURA 6, vemos uma prova em verde do bilhete postal duplo de 50 réis (porte nacional para bilhetes postais, circulados entre cidades diferentes), com a inscrição manuscrita “Prova” no lado do bilhete de resposta. Como já dito, este bilhete postal, no valor de 50 réis, foi finalmente emitido na cor azul, e não verde.

Também referentes a este mesmo bilhete postal são as provas reproduzidas nas FIGURAS 7 e 8. A FIGURA 7 exhibe o bilhete de “pergunta” (utilizado para a mensagem original do remetente) e a FIGURA 8 mostra o bilhete de “resposta” (para ser utilizado pelo destinatário, para responder), sendo ambas as peças na cor marrom, com a inscrição manuscrita “Prova”. A peça de resposta, na FIGURA 8, esclarece, ainda, tratar-se de “Prova de tinta”, uma vez que a cor definitiva deste bilhete foi, como já destacado, o azul.

Era praxe da Casa da Moeda, na época, anular as peças utilizadas como prova apondo essa inscrição a mão, que pode ser vista em exemplares desta e de outras emissões, como se verificará ao longo deste trabalho.



Figura 6

7. Prova do selo fixo do bilhete postal de 80 réis, da emissão de 1880 (Armas do Império), impresso pela Casa da Moeda

A FIGURA 9 exibe uma prova em preto do bilhete postal de 80 réis (porte internacional para bilhetes postais), cuja cor definitiva veio a ser o marrom, da emissão de 1880, com as Armas do Império.

8. Ensaio de bilhete postal de 50 réis, Dom Pedro II, “Barba Branca”, não aprovado, de 1881, que seria impresso pela ABN

A FIGURA 10 mostra o bilhete de “resposta” do ensaio do que viria a ser um bilhete postal duplo de 50 réis (porte nacional para bilhetes postais), impresso pela ABN no padrão “Barba Branca” e afinal não aprovado. É conhecido também o ensaio de um bilhete simples, deste mesmo valor facial, cuja parte superior é reproduzida na FIGURA 11.

Ambos estes bilhetes postais jamais chegaram a ser emitidos.



Figura 7



Figura 8

9. Specimen do bilhete postal de 80 réis, da emissão de 1881/1882 (Dom Pedro II), impresso pela Casa da Moeda

A FIGURA 12 exibe uma peça equivalente ao bilhete postal de 80 réis, laranja, da emissão de 1881/1882, que foi produzida pela Casa da Moeda, com a cabeça do Imperador no selo fixo, em laranja. A obliteração por dois traços ondulados, em sentido vertical, era aposta nos exemplares utilizados como amostra (ou *specimen*) pela Casa da Moeda.

Sobre a categoria do *specimen*, veja-se a observação já tecida no capítulo 2, acima.

10. Ensaios referentes ao bilhete postal de 1889, Dom Pedro II, “Barba Branca”, impresso pela ABN, com os valores faciais de 20 e 80 réis

Aqui exibem-se três ensaios referentes à emissão de bilhetes postais (simples e duplos) de 1889, com a efigie de Dom Pedro II no selo fixo, no padrão conhecido como “Barba Branca”, da ABN. Em sua versão definitiva, estes bilhetes têm



Figura 9

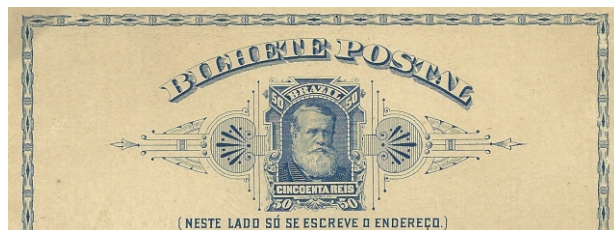


Figura 11



Figura 12



Figura 10

o valor facial de 40 réis. As peças aqui apresentadas são, portanto, verdadeiros ensaios, afinal não aprovados para a confecção desta emissão. E isto se explica pelo fato de as tarifas de 20 e 80 réis se terem tornado obsoletas durante o processo de produção destes bilhetes: em 1º de fevereiro de 1889 foi abolido o porte urbano de 20 réis, e o porte nacional para bilhetes postais foi unificado em 40 réis.

Tal circunstância tornou estes bilhetes de 20 e 80 réis, do ponto de vista prático, inúteis. Por isso, eles permaneceram nos arquivos da ABN como simples ensaios e nunca foram emitidos. A FIGURA 13 mostra o ensaio de 20 réis,

vermelho, e a FIGURA 14 mostra o de 80 réis, laranja. Os selos fixos seguem o padrão gráfico dos respectivos selos postais da série “Barba Branca” impressa pela ABN. São peças de grande beleza e alta qualidade gráfica.

É conhecido também o ensaio de um bilhete de “resposta”, de 80 réis, também no padrão “Barba Branca” (FIGURA 15), o que indica que se tencionou produzir bilhetes duplos (que tampouco vieram a ser emitidos, pelos motivos já expostos acima).

11. Ensaio do selo fixo de um bilhete postal de 20 réis que jamais veio a ser produzido

A FIGURA 16 traz um ensaio com valor facial de 20 réis e uma figura do Imperador que jamais foi empregada em nenhuma das emissões postais conhecidas do Brasil Império.

Trata-se do selo fixo projetado para um bilhete postal de 20 réis que acabou não sendo produzido, devido à obsolescência desta tarifa pelo motivo já explicado no capítulo anterior: a extinção do porte urbano de 20 réis, com a unificação do porte nacional (para bilhetes postais) em 40 réis, a partir de 1º de fevereiro de



Figura 13

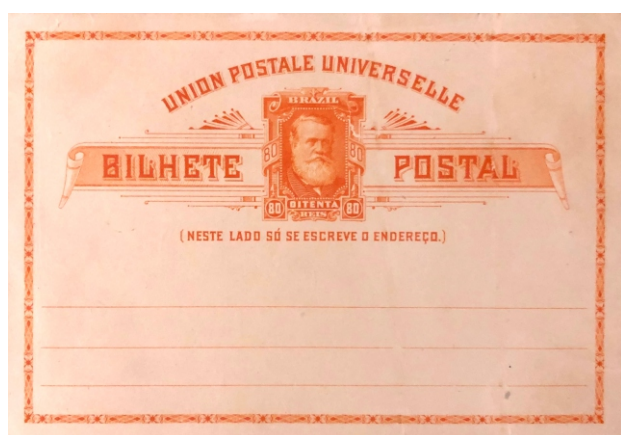


Figura 14

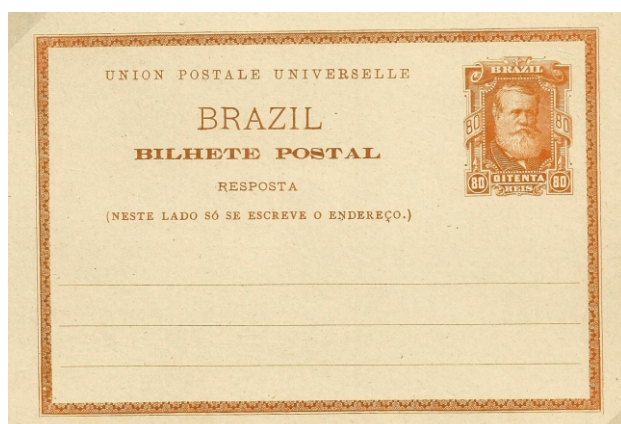


Figura 15

1889. A peça é bastante curiosa, não só por estas razões, mas também pela inscrição "O. WALBORN - SC", junto da moldura inferior, certamente designando a gráfica responsável pela elaboração deste ensaio.



Figura 16

12. Prova do selo fixo dos bilhetes postais de 1889, Dom Pedro II, "Barba Branca", impressos pela ABN, no valor facial de 40 réis

A FIGURA 17 exhibe uma prova azul escuro, em papel fino, do selo fixo destes bilhetes postais de 1889, no mesmo padrão gráfico do selo postal de 100 réis da série "Barba Branca" impressa pela ABN. Ao contrário das peças exibidas no capítulo 10, esta caracteriza-se como prova, e não como ensaio, uma vez que foi produzida para a emissão postal já aprovada, atendendo à tarifa correta de 40 réis.

São conhecidas também provas em preto deste selo fixo (FIGURAS 18 e 19), bem como uma prova de luxo, em azul, com numeração manuscrita "25692", a lápis, no canto inferior direito, e "C-195" no verso da peça, de grande beleza gráfica (FIGURA 20).

13. Provas e *specimens* dos bilhetes postais de 1889, Dom Pedro II, "Barba Branca", de 40 réis, impressos pela ABN

Além das peças reportadas nos capítulos anteriores, a American Bank Note produziu também provas e *specimens* destes bilhetes postais. A FIGURA 21 traz uma prova, com a recomendação de "return to Record & Specimen Dept.", e a FIGURA 22 exhibe um *specimen* de

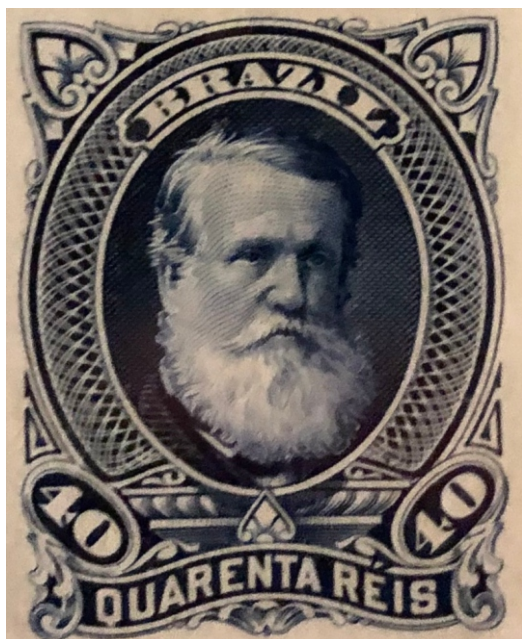


Figura 17

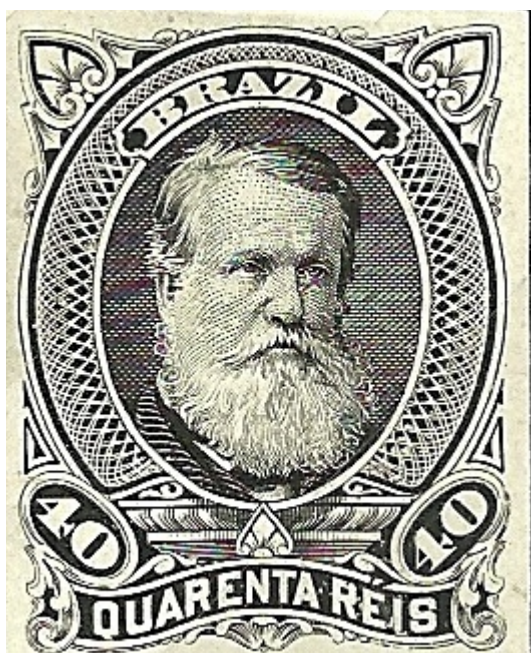


Figura 18

bilhetes simples desta emissão. A FIGURA 23, por sua vez, reproduz um *specimen* de bilhete duplo.

Esta última peça, colada a papel da Índia fino, tipo “Bíblia”, é de especial relevância, pois traz no canto superior direito uma inscrição manuscrita referente à autorização da emissão: “order Aug. 1888”.

Sobre a categoria do *specimen* (ou amostra), veja-se a observação tecida no capítulo 2, acima.

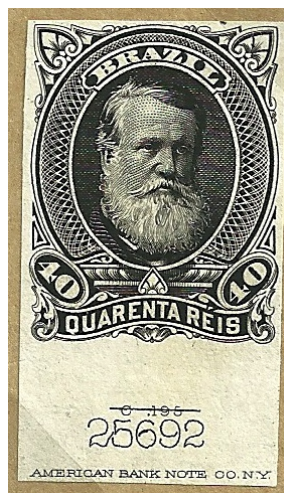


Figura 19

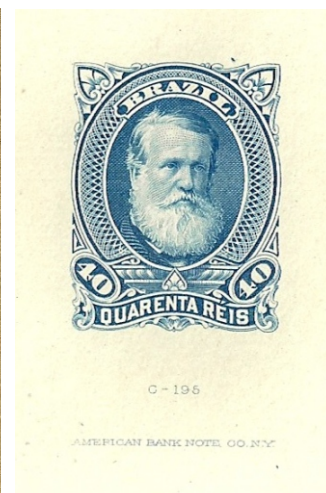


Figura 20

14. Prova do selo fixo da carta-bilhete de 50 réis, da emissão Dom Pedro II, de 1883, impressa pela Casa da Moeda

Na FIGURA 24, vemos uma prova impressa em preto, sobre papel fino, do selo fixo correspondente à carta-bilhete de 50 réis, de 1883, Dom Pedro II. É conhecida, ainda, uma prova do selo fixo da carta-bilhete de 200 réis, desta mesma série, também impressa em preto, exibida na FIGURA 24-a.

15. Prova da carta-bilhete de 50 réis, da emissão Dom Pedro II, de 1883, impressa pela Casa da Moeda

A FIGURA 25 mostra um exemplar análogo à carta-bilhete de 50 réis, de 1883 (Dom Pedro II), com a inscrição “Ilmo.” medindo 16 mm, porém diferindo da emissão definitiva por ser impressa na cor azul. Traz a anotação manuscrita (aparentemente a lápis de cera) “Prova”, como foi a praxe da Casa da Moeda para as provas destas emissões.

16. Provas do selo fixo da carta-bilhete de 80 réis, da emissão Dom Pedro II “Barba Branca”, de 1889, impressa pela ABN

Vemos na FIGURA 26 uma prova, impressa em verde, do selo fixo da carta-bilhete de 80 réis, da emissão de 1889, “Barba Branca”. Na FIGURA 27, temos uma prova em preto deste selo fixo, com numeração da ABN na margem inferior.

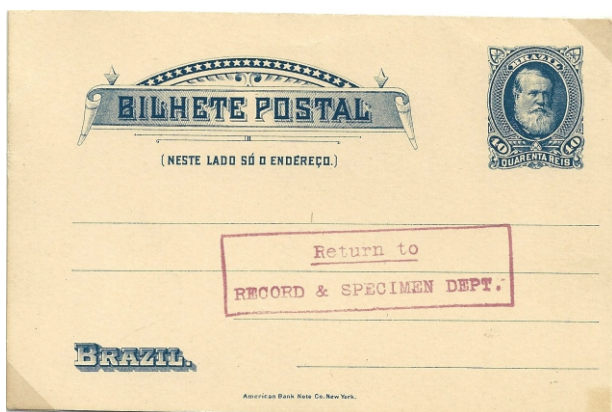


Figura 21



Figura 22

Como se sabe, estas cartas-bilhetes foram finalmente emitidas numa cor avermelhada, e não em verde. Mas é curioso observar que o padrão gráfico do selo fixo corresponde ao do selo postal de 100 réis, emitido em 1877/1878 dentro da série conhecida como “Barba Branca”, selo este que teve o verde como sua cor definitiva, a mesma empregada nesta prova.

17. A enigmática “CB-5”, do Catálogo RHM: na verdade, uma prova

Como se sabe, o Catálogo de Selos do Brasil, editado há décadas por Rolf Harald Meyer e, posteriormente, por Peter Meyer, em sua classificação das cartas-bilhetes inclui uma peça que seria a CB-5. A imagem reproduzida no catálogo apresenta características semelhantes às das cartas-bilhetes de 1883, Dom Pedro II, impressas na Casa da Moeda. A peculiaridade desta “CB-5” é a presença, na primeira linha do endereçamento, da inscrição “Snr”, além de “Ilmo” (sendo que esta última expressão é a

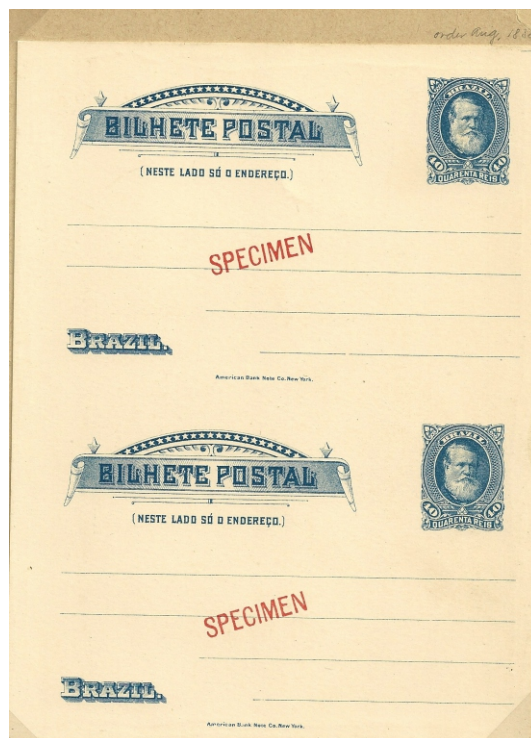


Figura 23

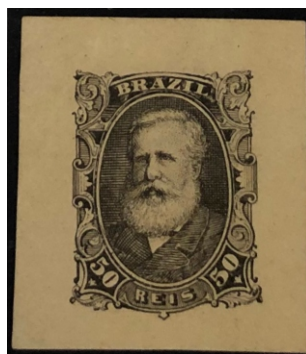


Figura 24

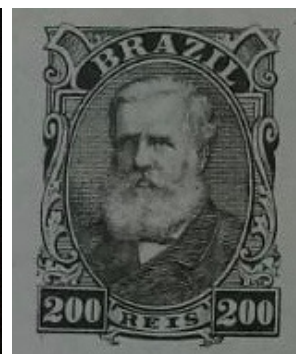


Figura 24a

única que aparece nas cartas-bilhetes efetivamente postas em circulação em 1883). O próprio catálogo registra que não são conhecidas peças usadas desta suposta carta-bilhete; somente exemplares novos são conhecidos. A grande escassez de peças, aliada a esta circunstância da ausência de exemplares circulados, levou à suspeita de que a “CB-5” seria, na verdade, uma prova, e não uma carta-bilhete efetivamente emitida pelo Império do Brasil.



Figura 25



Figura 29

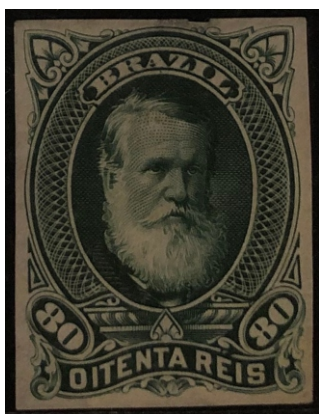


Figura 26

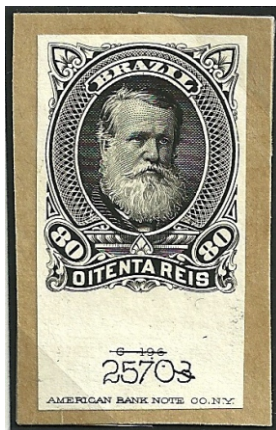


Figura 27

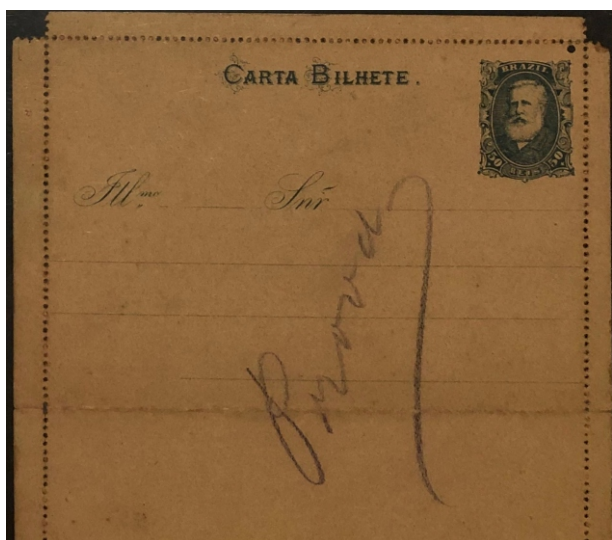


Figura 28

As peças a seguir descritas e reproduzidas nas FIGURAS 28 a 31 comprovam a hipótese. A “CB-5” é, realmente, uma prova, daí a sua inclusão neste trabalho.

As FIGURAS 28 e 29 exibem, respectivamente, provas de cartas-bilhetes de 50 e 100 réis, ambas com as características já acima

destacadas: as inscrições “Ilmo” e “Snr” na primeira linha do endereçamento e traços semelhantes às cartas-bilhetes de 1883, Dom Pedro II, inclusive no que diz respeito aos selos fixos. As imagens correspondem à da CB-5 reportada no Catálogo RHM, mas com um detalhe a mais: a palavra “Prova” escrita à mão, provavelmente com lápis de cera, como era a praxe da Casa da Moeda na época. Isto demonstra que, muito possivelmente, a peça reproduzida no catálogo é análoga a estas, ou seja, uma verdadeira prova, mas que “passou” ilesa, sem receber aquela inscrição manuscrita.

E mais. A comprovação de que a CB-5 é uma prova se reforça com as peças reproduzidas nas FIGURAS 30 e 31, que são idênticas, em termos de impressão, às das FIGURAS 28 e 29, mas com um detalhe adicional: além da inscrição “Prova”, temos também a inscrição “Não aprovada”, igualmente manuscrita com lápis de cera, o que comprova, em definitivo, que este modelo de carta-bilhete para a emissão de 1883, Dom Pedro II, por alguma razão, não foi aprovada pelas autoridades responsáveis. As cartas-bilhetes definitivas acabaram saindo apenas com a inscrição “Ilmo”, sem “Snr”, na primeira linha do endereçamento, nos moldes da peça reproduzida na figura, já comentada acima.

18. Sobre as cintas do Brasil Império

Neste capítulo final, é necessário fazer um registro acerca das peças referentes às cintas emitidas pelo Brasil Império, todas impressas na American Bank Note, nos valores de 20, 40 e 60



Figura 30

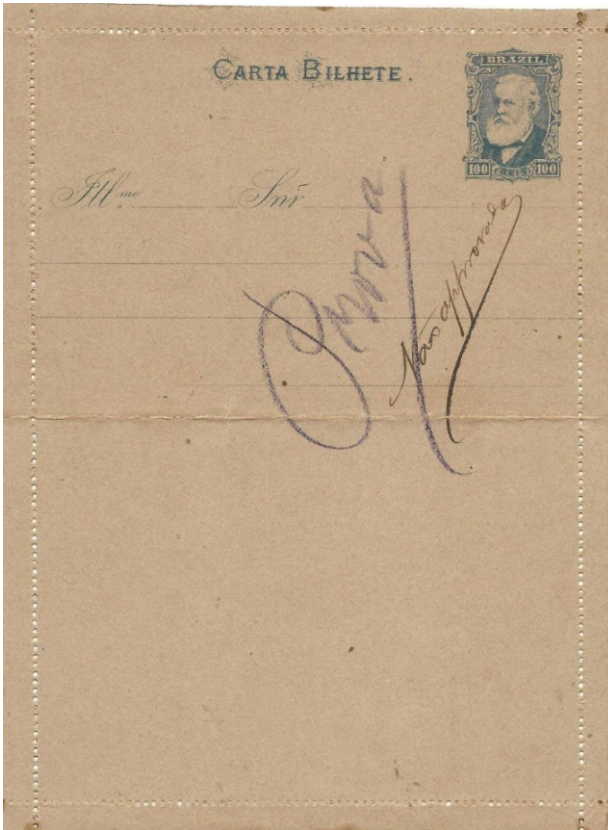


Figura 31

réis, tendo os selos fixos grafados em espanhol e em português. As peças “pré-emissão” dessas cintas são todas de extrema raridade, em razão das circunstâncias adiante referidas. Inicialmente, é digna de registro a comunicação manuscrita reproduzida nas FIGURAS 32 e 33, referente à produção das cintas do Império pela American Bank Note. Trata-se de documento de inestimável interesse histórico-filatélico. Das cintas em espanhol (CT-1 a CT-3, na numeração do Catálogo RHM), são conhecidas as seguintes peças: (a) prova do valor facial de 40 réis, com a informação manuscrita de que a ABN



Figura 32

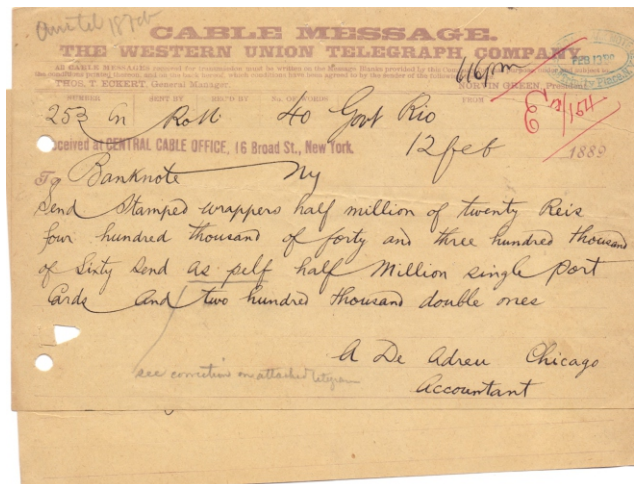


Figura 33

produziu seis exemplares destes, sendo que cinco foram incinerados, de modo que resta apenas um exemplar (FIGURA 34); (b) prova do valor facial de 60 réis, com a informação manuscrita de que foram produzidos três exemplares, dos quais foram incinerados dois, restando apenas um (FIGURA 35). Das cintas em português (CT-4 a CT-6, na numeração do Catálogo RHM), conhece-se a prova reproduzida na FIGURA 36, no valor facial de 20 réis, com a informação de que foram

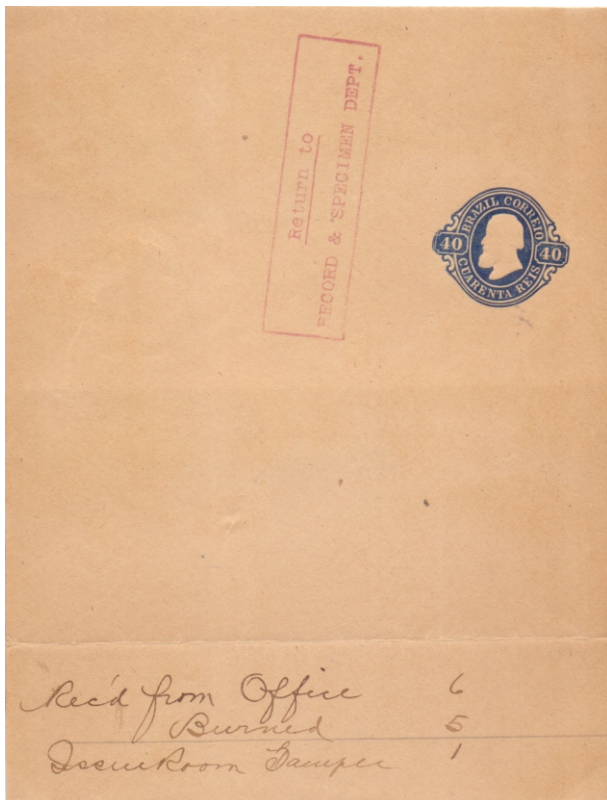


Figura 34

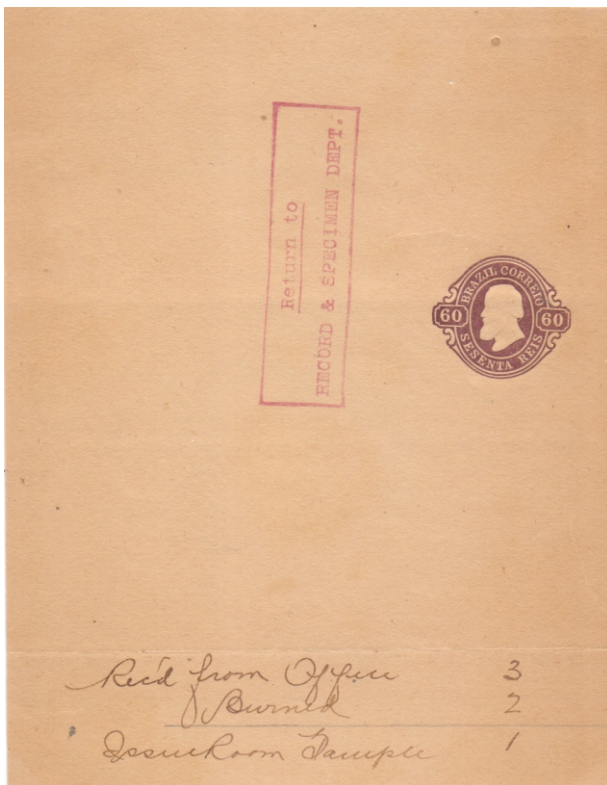


Figura 35

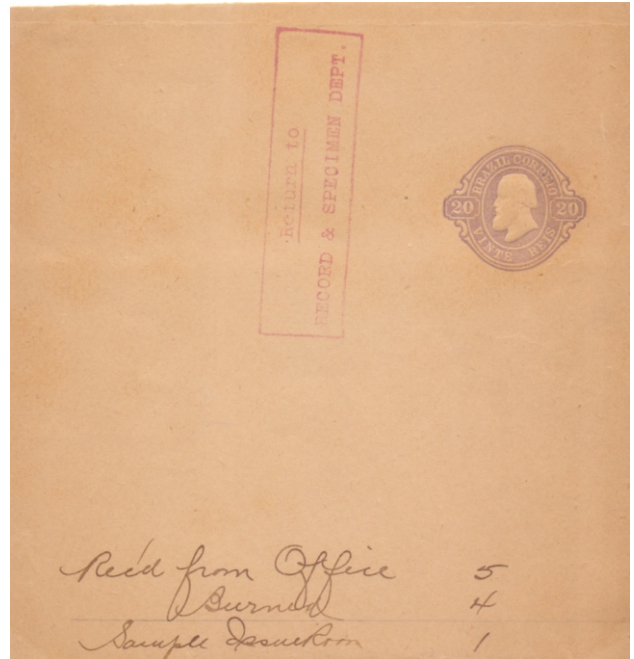


Figura 36

produzidos cinco exemplares e incinerados quatro, restando esta peça única.

19. Observação final

Este é um trabalho, naturalmente, inacabado. Certamente haverá outras peças desta natureza referentes aos inteiros postais do Brasil Império, e o autor espera que este artigo tenha contribuído para uma sistematização e catalogação cada vez mais completa deste setor interessantíssimo da filatelia brasileira.

As lacunas e eventuais equívocos deste trabalho serão, como sempre, preenchidos e corrigidos com o tempo, pelo somatório de contribuições e pesquisas de muitos filatelistas e colecionadores.

Fontes das imagens reproduzidas neste artigo

Figuras 1, 4, 5, 13, 14, 16, 17, 24, 24-a, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 – coleção do autor.

Figuras 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 27 – imagens gentilmente cedidas por Reinaldo Macedo.

Figuras 32, 33, 34, 35 e 36 – imagens gentilmente cedidas por Rogério Dedivitis.

B.L.P. – busta lettera postale

Rogério A. Deditis

As buste lettere postali são cartas particulares emitidas, em caráter privado, de 1920 a 1923, ilustradas com mensagens e imagens publicitárias. Nessas cartas eram alicados selos especiais, cuja emissão era concedida pelos correios, recebendo tais selos a sobrecarga com a sigla “B.L.P.” Os selos eram ordinários – Figura 1.



Figura 1 – Alguns dos selos que receberam a sobrecarga “B.L.P.” para uso exclusivo.

A carta vinha repleta de mensagens publicitárias, com espaços brancos somente para a anotação dos endereços do remetente e

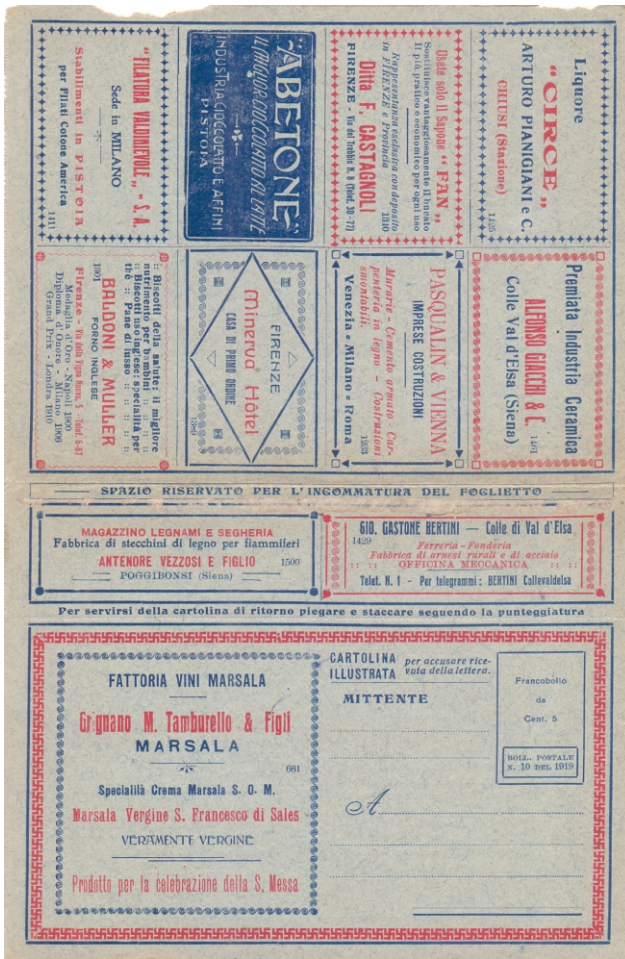
do destinatário. As bordas eram gomadas e perfuradas, de forma que o remetente pudesse inserir uma folha (incluída no valor da venda) e fechar o envelope com as bordas gomadas. O destinatário podia, então, abri-lo pela perfuração lateral. Adicionalmente, a parte posterior possuía uma perfuração que permitia destacar uma parte e utilizá-la como cartolina de retorno, a receber franquia – Figura 2.



A



B



C

Figura 2 - As partes constituintes de uma BLP: (a) frente; (b) verso; e (c) interior.

Os envelopes eram produzidos e vendidos pela federação de assistência aos militares cegos, aleijados e inválidos. A federação recebia os selos especiais, aplica-os sobre os envelopes e os vendia sob um desconto sobre o valor facial. O ganho era obtido dos anúncios publicitários. A concessão à federação deveria ter inicialmente uma duração de nove anos, ou seja, de 1920 a 1929. Entretanto, essas cartas foram vendidas somente até 1923. Ao fim da concessão, os exemplares novos dos selos que haviam recebido a sigla "B.L.P." passaram a ser vendidos para colecionadores. Os selos podiam ser utilizados, no ponto de vista postal, exclusivamente aplicados aos envelopes específicos.

Devido a esse uso exclusivo selo-envelope, as BLP são consideradas verdadeiros inteiros-postais, sendo um aspecto fascinante da História

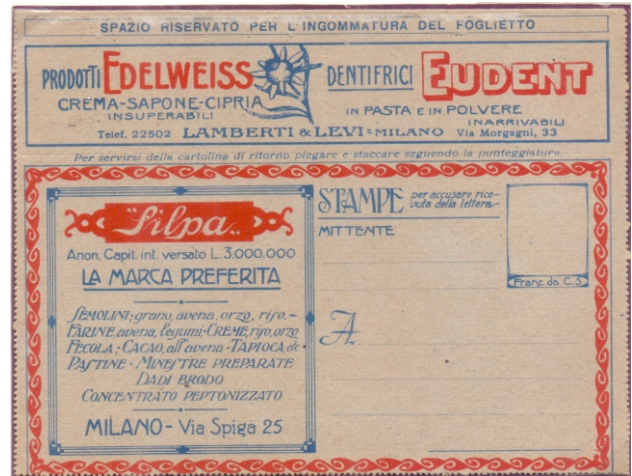


Figura 3



Figura 4

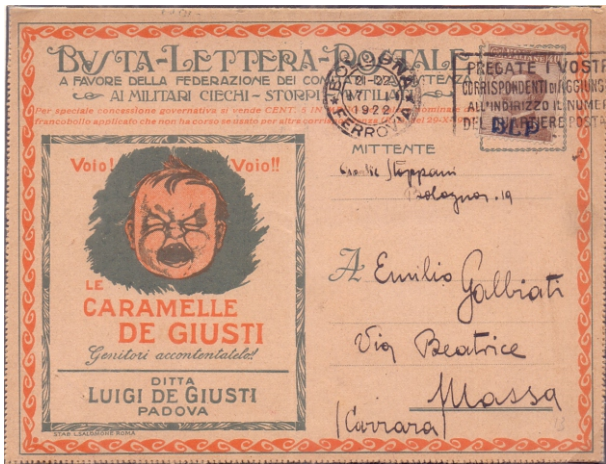


Figura 5



Figura 6



Figura 7

Figuras 3 a 7 – Belíssimas BLP, uma festa para inteirofilistas e temáticos.

Fronte:

A.V.E.
 Al vero Stok e altre
 Alla giardiniera italiana
Amarissimo Italia
 Banco di Napoli
 Barra
 Birra Paszowski
 Caramelle Giusti
 Cassa navale e d'assicurazione
Chianti Giannozzi e altre
Cotonificio Comenense e altre
 Dinamol
 Domenico Fraschini
 Dott. Nunzio Adragna e C.
 E. de Capitani
Evitate contagi
 Francesco D'Angelo
 Fratelli Cerrano
 Fratelli Merola
 G. Scafi
Girolamo Buccellato e C.
Gran Caff. Napoli e altre
 Grande distilleria e liquorificio
Istituti Munari
Lampade italiane
 Lampo
 Lloyd triestino

Lux

Metallum
Michelin cable
Moet e Chandon
 Monte di Faschi di Siena
 Motori Italia
Navigazione generale italiana
Nevrostenol
Officine Catani e altre
Oleifici triestini
P. Lorenzotti G.
 Palazzo della moda (horizontal)
 Palazzo della moda (vertical)
Panforte Parenti
Prodotti Sidol
Russo / Morgese
S.A.L.V.E. e altre
 S.I.R.T.
 Salsa alle vongole Giardini
Sapone Sunlight
Sindacato emiliano
Società nazionale di navigazione
 Tintura Ornata
Torchio Cappello
Tossite? Pastiglie
V. Masci e altre
Venchi
Vini Calissano

Verso:

A. Malachini e altre
A. Venier
 Adler e altre
 Alfredo Verzini e altre
 Amaro Scaligero
Attilio Santarelli
 Automobili Fiat
 Automobilisti e altre
 Banca italiana di sconto
 Banco di Napoli
Calzaturificio G. Borri e altre
Calzaturificio Lazio e altre
 Cassa navale d'assicurazione
Cavagnino e Maggi e altre
Ceirano
E. Cantelli e altre
E. Dottarelli e altre
Emoglobina Arsenicale
Errera Rallo e altre
 Ettore Ranieri e altre
F. Gentili e altre
Farmacia Segneri e altre
G. Bencinelli e altre
G. Lorini e altre
 Grande ristorante Ulpia
Guerri

L. Zappa e altre
 Ideal Calore e altre
 La città Nova
 Liqueur S. Giuliano
 M. Calabrò e altre
Magazzini Olivieri e altre
Manifattura Toscana Dini e altre
Martinazzi
Nuovo banco mercantile
Officina meccanica fratelli Fabbri e altre
altre
 Pasquale de Tomassi e altre
Premiato pastificio e altre
 Primo Casalena e altre
 Ristorante Ranieri e altre
 Sala Tersicore e altre
 Sartoria Zitaior
Stagneol
Triumph
 U.N.L. e altre
Underwood e altre
Unione fabbricanti e altre
V. Busdraghi e altre
 Vini e altre
 White star lines
Yost

(*) Obtido de Ibolli Wikki. Disponível em:
http://wiki.ibolli.it/wiki/index.php?title=Le_pubblicit%C3%A0_sulle_buste_letters_postali

SOBRE MONTANHAS E FILATELIA

Registro filatélico da 3ª expedição britânica ao monte everest (1924). Revisado e atualizado.

Rubem Porto Jr.

O fascínio pela beleza das montanhas levou-me a estudá-las. O fascínio por chegar ao topo delas levou-me, na juventude, a tentar escalá-las. Uma das mais misteriosas e fascinantes histórias do mundo das escaladas é aquela que se refere às primeiras tentativas de alcançar o "topo do mundo", o "polo vertical" ou, simplesmente, o cume do Everest.

O Everest é o ponto mais alto da Terra com seus impressionantes 8848 metros de altura. Localiza-se em uma região onde se encontra a quase totalidade dos picos com mais de 8000 metros de altitude. Essa gigantesca cadeia de montanhas, chamada de Karakoran ou Himalaia estende-se, sob forma de arco, ao longo de 2410 quilômetros lineares incluindo terrenos no Paquistão, Cachemira, Índia, Tibete, Nepal e Butão.

Dentre meus guardados de meus tempos de colecionador temático e associado à coleção

temática "Geologia: A Ciência da Terra", um documento filatélico tem características interessantes, pois se relaciona a um dos maiores mistérios da história do alpinismo: um cartão postal relacionado à expedição britânica de 1924, que tentou escalar o Monte Everest pela primeira vez (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).



Figura 1 - Cartão Postal enviado da base do glaciar (geleira) Rongbuk (acampamento número 1 da expedição). Observar a presença, no canto superior esquerdo, de selo comemorativo da expedição em azul, com o Monte Everest visto da base da geleira Rongbuk, assumido como selo do Tibet, datado de 1924 e apresentando quatro suásticas em cada um dos cantos. O selo está anulado por carimbo circular, também da expedição,

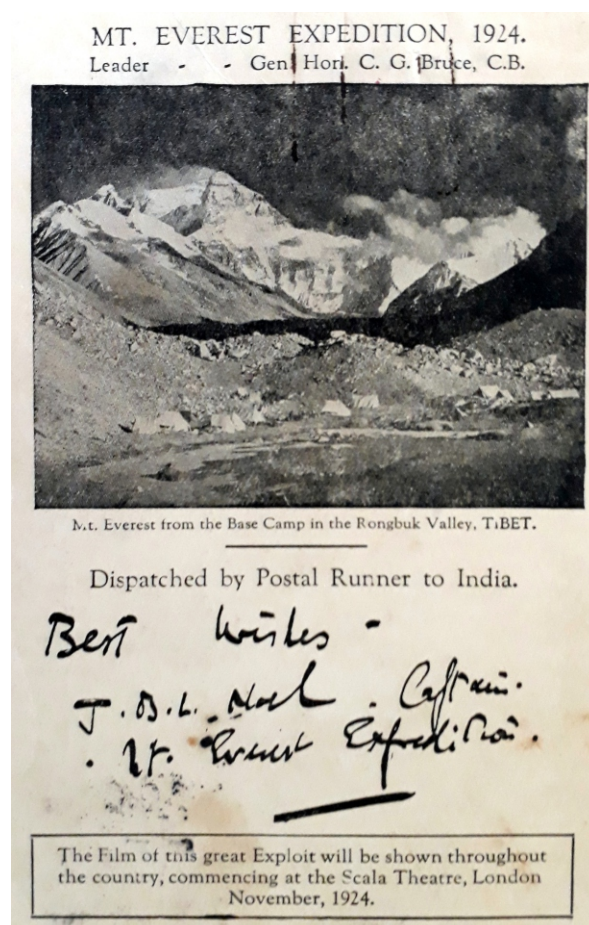


Figura 2 - Verso do cartão-postal. Foto do glaciar Rongbuk com vista do Everest. O postal foi enviado pelo membro da expedição J. B. L. Noel, responsável pelas fotografias e filmagens. Já no postal, ele convida para a apresentação do filme da expedição a ser apresentada no Scala Theatre, em Londres em novembro de 1924. Interessante é o fato que a correspondência foi expedida via correio ambulante de Rongbuk até as terras indianas.



Figura 3 - Detalhe do selo e carimbo específico da expedição batido no acampamento base. O selo foi posteriormente cancelado também pelo correio indiano-britânico.



Figura 4 - Detalhe do selo indiano que pagou o efetivo porte e marcas circulares e linear do Império Britânico.

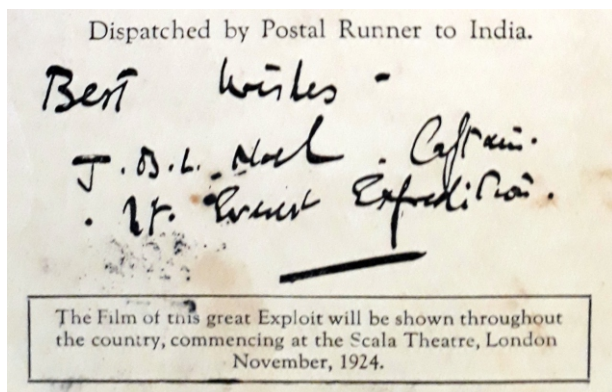


Figura 5 - Detalhe do verso do cartão. Observar que já havia a previsão do mesmo ser despachado por correio ambulante e ao mesmo tempo fazia o convite para a apresentação do filme referente à exposição em novembro de 1924. Terá o filme sido exibido?

Mas vamos à história. Em 6 de junho de 1924, George Leigh Mallory e Andrew Comyn Irvine, membros da 3ª Expedição Britânica ao Monte Everest, iniciaram sua tentativa de atingir pela primeira vez, até então, o pico da montanha mais alta do planeta, a partir do território do Tibete, por meio de seu “Colo Norte” (Figuras 6 e 7), que nada mais é do que um ponto de sela na montanha repleta de neve, gelo e rocha partida em uma região açoitada por ventos inclementes. Esses seriam passos rumo a um momento histórico. No entanto, a situação era de extrema dificuldade.

Os alpinistas já estavam na montanha fazia mais de dois meses e as tentativas anteriores de chegar ao cume haviam fracassado. Um dos líderes da Expedição, o coronel Edward Felix Norton encontrava-se, naquele momento, em outra barraca, no mesmo acampamento avançado, totalmente cego, depois de uma mal sucedida tentativa de alcançar o cume dois dias antes. A tentativa de escalar o Everest pelo Colo Norte ainda hoje é vista como das mais difíceis de ser realizada. A maior parte dos alpinistas de hoje, escolhem a subida pelo Colo Sul (Figura 8), via Nepal.



Figura 6 - Conjunto de três dos mais altos picos da Terra: Monte Everest (8848 metros) selo da esquerda, Monte Lhotse, selo central e Luptse selo da direita. Todos fazem parte da cadeia de montanhas Himalaia e estão localizados na área de fronteira entre o Tibete e o Nepal. O “Colo Norte” é a região entre o Everest e o Lhotse.



Figura 7 - O Everest, visto pelo colo norte, a partir do Tibete.



Figura 8 - O Everest visto pelo colo sul, a partir do Nepal.

A cadeia de montanhas onde o Everest localiza-se recebe várias designações, como Himalaia, no sul da Ásia Central entre o Nepal e o Tibete e Karakorum no Paquistão.

Geologicamente, é uma montanha recente, de alguns pouco milhões de anos e que continua crescendo. Na região, a atividade tectônica é intensa, o que faz com que aconteçam fenômenos como terremotos e epirogênese ("crescimento de montanhas"), fruto do choque de duas placas tectônicas: a Indiana e a Laurásia. A teoria que embasa o conhecimento sobre a formação das montanhas é denominada de Teoria da Tectônica de Placas (Tectônica Global) (Figura 9). Foi formulada no final da década de 60 e é construída pela união de várias outras importantes contribuições científicas formuladas ao longo de 60 anos, com destaque para a Teoria da Deriva Continental proposta por Alfred Wegener (Figura 10).



Figura 9 - Teoria da Tectônica de Placas: a terra está viva. Os



Figura 10 - Alfred Wegener propôs a Teoria da Deriva Continental, ainda no início do século 20.

Para os povos que habitam o planalto tibetano, o Everest é Sagamatha ("mãe das águas"). Geopoliticamente, a montanha está dividida entre o Nepal (a maior parte) e por onde se têm as rotas de escalada mais utilizadas (mais fáceis ou, pelo menos, menos difíceis) que seguem para o "Colo Sul" e o Tibete, hoje uma província da China, que têm rotas de subidas mais complexas em direção ao "Colo Norte". O pico foi conquistado pela primeira vez pelo neozelandês Edmund Hillary auxiliado pelo sherpa nepalês Tenzing Norkay, somente em 1954.

A expedição britânica de 1924 gastou cerca de trinta dias para deslocar-se de Darjeeling, na Índia, até o local do acampamento base na parte final da grande moraina do glaciar Rongbuk, já em terras do Tibete. Outros trinta dias foram gastos na preparação dos acampamentos ao longo da rota de ataque ao pico, pelo grupo escolhida.

Até aquele 6 de junho, duas tentativas de chegar ao cume haviam resultado apenas em sofrimento. Os suprimentos agora estavam no fim e os sherpas, povo da região que auxiliava a expedição, já não se mostravam dispostos a continuar com o estafante trabalho. O tempo se esgotava e o clima, já inóspito, pioraria ainda mais com a entrada das Monções.

Não era a primeira vez que Mallory defrontava-se com essa situação. Essa era a terceira tentativa britânica em quatro anos. Os ingleses, com orgulho maculado por terem falhado na conquista dos pólos Norte e Sul, não poderiam

dar-se ao luxo de não conquistar o mais rapidamente possível o “polo vertical”. A primeira expedição britânica aconteceu em 1921 e foi basicamente de reconhecimento dos territórios não mapeados da província tibetana. Mallory participou dessa expedição mas, desde o início, sabia ser praticamente impossível escalar com chances de chegar ao cume, haja visto que a equipe era formada por escaladores veteranos e não preparados para escalar em altitudes tão elevadas. A equipe não conseguiu naquele momento ir além do “Colo Norte”, o que significa que subiram a cerca de 7000 metros. Apesar de tudo, foi indiscutivelmente um grande feito para à época.

Para a segunda expedição, foram reunidos escaladores experientes, incluindo aí, mais uma vez, Mallory. Mais qualificada e melhor organizada e já com o terreno reconhecido, conseguiu estabelecer acampamentos a 7600 metros e a 7770 metros. Três tentativas para atingir o cume foram feitas a primeira chegou a 8130 metros, a segunda a 8380 metros (com uso de oxigênio em garrafas) e a terceira, conduzida por Mallory, não ultrapassou sequer o Colo Norte, sendo colhida por uma avalanche que matou sete carregadores sherpas.

George Mallory era um profissional da escalada, com muita experiência e talento. Antes de dedicar-se às escaladas de forma quase obsessiva, foi militar, servindo como tenente na artilharia britânica durante a Primeira Guerra Mundial. Era casado e pai de três filhos.

Andrew Irvine ou “Sandy” era um estudante em Oxford de 22 anos que havia começado a praticar montanhismo ao juntar-se ao clube de montanhismo de sua universidade. Era também exímio remador, participando do time da universidade. Era uma figura extremamente popular, desportista respeitado e tido como um “superman”. Outra peculiaridade a ele associada era o fato de que gostava de inventar aparatos funcionais.

O momento da partida da tentativa dos dois chegarem ao cume, às 8h40 da manhã, está registrado em uma foto clássica feita por Noel Edward Odell.



Partem do campo base acompanhados por oito carregadores sherpas. Ao final da tarde, chegam ao acampamento 5 e, de lá, quatro sherpas retornam e trazem um bilhete de Mallory para a equipe. Nele ele se mostra muito otimista, relatando a ausência de ventos no local do acampamento 5. Na manhã seguinte, o grupo de seis (Mallory, Irvine e quatro carregadores sherpas restantes) avança até o acampamento 6. Lá chegando, os sherpas retornam. Agora eram Mallory, Irvine e a montanha. Outros dois bilhetes foram enviados por Mallory nessa ocasião. Um era dirigido ao capitão John Noel responsável pelo registro fotográfico e cinematográfico da expedição e que ainda tentaria filmar o ataque ao cume posicionado na base do “Colo Norte”. O bilhete dizia que “...tentariam partir cedo (dia 8) e que Noel talvez conseguisse vê-los cruzando a base da pirâmide que forma o Everest ou ainda subindo a linha do horizonte ao amanhecer”. O outro bilhete era para Noel Odell e pedia que ele levasse a bússola esquecida até o acampamento 6 e afirmava que o tempo “...estava perfeito para o trabalho”.

O acampamento 6 ficava a apenas 600 metros do cume. Entretanto, as barreiras a serem ultrapassadas são difíceis a partir dali. A primeira delas é denominada “Faixa Amarela”, uma rocha calcária frágil e muito fragmentada. Após ultrapassar a Faixa Amarela, uma parede quase vertical em rocha muito dura (chamada de o primeiro escalão) apresenta-se.

Ultrapassado esse obstáculo, tem-se uma passagem de cerca de trinta metros de rocha nua, dura e afiada (chamada de o segundo escalão). Por fim, um platô largo de baixa inclinação surge e leva ao cume. Então, chegariam. Após isso, viria a parte talvez mais difícil: retornar em segurança já próximo do esgotamento físico.

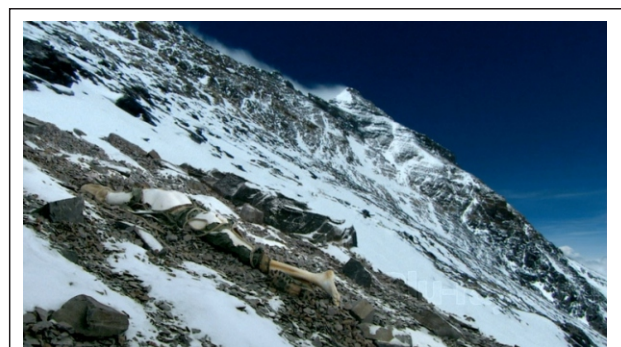
Quando foi ao acampamento 6 levar a bússola e provisões adicionais, Noel Odell gastou parte do seu tempo examinando as rochas da região, geólogo que era. Duas observações importantes foram feitas neste momento: uma de caráter científico e outra ligada à expedição. A primeira refere-se ao fato de Odell ter encontrado fósseis, a cerca de 7700 metros de altitude, associados às camadas de rocha sedimentar que formam a parte superior da mais alta montanha do planeta. Evidentemente esse foi o primeiro registro feito de fósseis naquela região. A segunda refere-se ao fato dele ter relatado que "...às 12h50, em estado de júbilo por ter encontrado os fósseis, visualizei duas pequenas manchas negras que se moviam com entusiasmo em direção à base da pirâmide".

Às 16h30, Odell retornou ao acampamento 4. A tarde deu lugar à noite. Mallory e Irvine não retornaram. Na manhã seguinte, a procura por movimento nos acampamentos superiores foi infrutífera. Odell sobe ao acampamento 5 ao fim da tarde. Estava exatamente como ele o havia deixado no dia anterior. Na manhã seguinte, num esforço sobre-humano, Odell segue, sem oxigênio complementar, até o acampamento 6. Ao chegar constatou o que já temia: o local estava exatamente como ele, Odell havia deixado dois dias antes. Odell parte, então, para o cume em uma tentativa desesperada de resgatar seus companheiros. Duas horas depois, os ventos, o frio e sua condição física então já precária o fazem recuar de volta ao acampamento 6. Faz para Hazard, outro membro da expedição, o sinal combinado de que não os havia encontrado. Começa então a árdua tarefa de descida até a base do "Colo Norte". Mallory e Irvine haviam desaparecido.

O desaparecimento gerou uma das maiores dúvidas da história do montanhismo: Mallory e Irvine, afinal, chegaram ao cume? Várias teorias foram estabelecidas. Como resultado, apenas muitos anos de dúvidas. O que se sabia era o que o "Times" londrino havia publicado a mando de Norton, o líder da expedição: "Mallory e Irvine morreram na última tentativa".

A Expedição britânica de 1924 foi composta pelos seguintes homens: General Charles Bruce (chefe da expedição); George Mallory; Andrew Irvine; Edward Norton (líder da expedição); Noel Odell; John McDonald; Edward Shebbeare; Geoffrey Bruce, John de Vere Hazard; Richard Hingston; John Noel (responsável pelo registro fotográfico e cinematográfico da expedição); Bentley Beetham; e Howard Somervell.

Em 1999, um ano em que nevou muito pouco na região, uma expedição encontrou um cadáver estendido de costas num ponto a 8.169 metros. Posteriormente, a identificação foi feita: era o corpo de George Mallory, ainda muito bem conservado. Tinha os ossos da perna quebrados e sua posição parecia indicar que havia morrido quando tentava deter uma queda. Os alpinistas que o descobriram foram capazes de encontrar e recolher quase todos os seus pertences, incluindo seus óculos de proteção guardados no bolso de seu casaco, o que poderia indicar que sua morte havia acontecido já quando a noite chegava e possivelmente quando de sua descida.

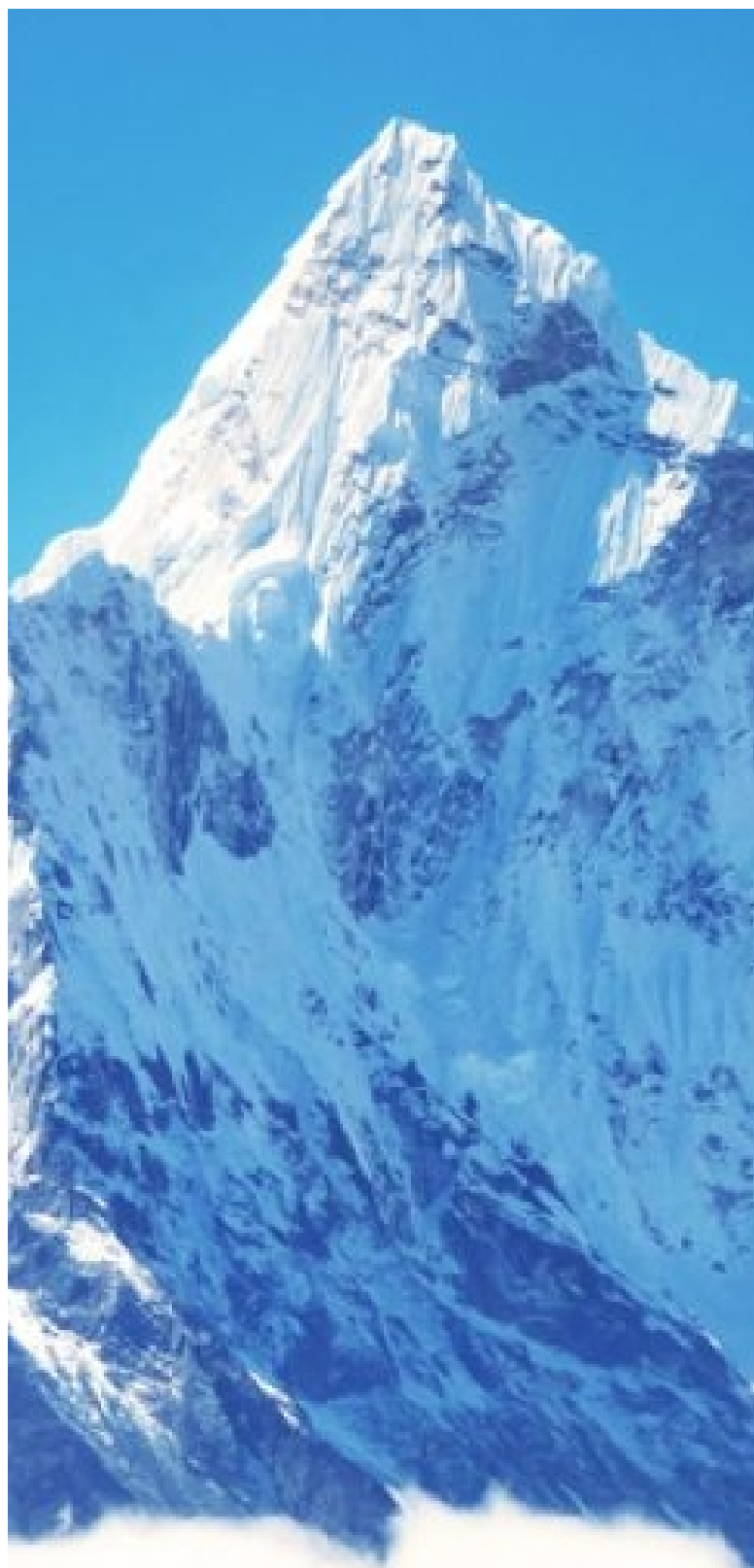


O corpo de Mallory nas condições em que foi encontrado no ano de 1999

Contudeo, faltava (e ainda falta) algo. Quando partiu rumo ao cume, Mallory levava consigo uma fotografia de sua mulher. Ele havia prometido deixar a imagem no topo da montanha. Essa fotografia nunca foi encontrada junto aos pertences recuperados. Fica a dúvida: teriam os dois alpinistas chegado ao topo e morrido em uma queda quando retornavam?

Em verdade, só existe uma possibilidade de se ter certeza desse, que seria o mais espetacular feito do alpinismo em todos os tempos: encontrar o corpo de Irvine e recuperar a câmera fotográfica que ele levava para fazer o registro da chegada ao cume. Muitos técnicos asseguram que, por conta das condições climáticas reinantes na montanha, ainda seria possível revelar o conteúdo do filme, mesmo depois de tanto tempo e, por fim, descobrir se havia um registro dos dois escaladores no cume. Entretanto, até os dias de hoje, nenhum registro associado à Irvine foi detectado. O mistério permanece.

Hoje, escalar o Everest continua sendo algo muito difícil, mas as condições mudaram significativamente. Vários escaladores brasileiros tentaram e conseguiram escalar o Everest. A primeira expedição brasileira foi liderada por Thomaz Brandolin, em 1991 e tentou chegar ao cume pela via tibetana (“Colo Norte”), a mesma utilizada pela expedição inglesa, não tendo logrado êxito. A primeira expedição de sucesso foi a realizada por Waldemar Niclevicz e Mozart Catão (já falecido), que lograram êxito alcançando o cume pela rota nepalesa (“Colo Sul”) em 1996. Não foi feito, infelizmente, pelos Correios do Brasil nenhum registro deste grande feito.



PRIMEIRA REFERÊNCIA À BRASÍLIA NA FILATELIA

11 de agosto de 1927

Reinaldo E. Macedo

Brasília, a 3ª capital do Brasil, foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960. A ideia de construir uma nova capital partiu do presidente Juscelino Kubitschek (JK), que queria povoar o centro do Brasil e deixar a capital longe de possíveis ataques marítimos.

O histórico da construção de uma nova capital “no centro” do país vem desde os tempos do Brasil Colônia de Portugal:

1749: Sebastião Jose Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, (13 maio 1699 – 8 de maio de 1782) nobre, diplomata e estadista português, foi o responsável pela transferência, em 1763, da primeira capital do Brasil, Salvador, para o Rio de Janeiro. Mentor da ideia de interiorização da capital do Brasil promover a expedição do cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina a região de Goiás em 1749;

1808: Dom João VI (13 de maio de 1767 – 10 março de 1826), Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822, recebeu recomendações do almirante britânico Sidney Smith de transferência da sede do governo brasileiro para o interior do Brasil, alegando motivos estratégicos de segurança;

1813: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (13 de agosto de 1774 – 11 de setembro de 1823) jornalista, maçom e diplomata brasileiro, considerado o patrono da imprensa brasileira, publicou artigos no jornal Correio Braziliense reivindicando a

interiorização da capital do Brasil para a região do Planalto Central;

1821: Jose Bonifácio de Andrada e Silva (13 de junho de 1762 – 6 de abril de 1838), conhecido como o Patriarca da Independência, preparou uma minuta de reivindicações da bancada brasileira junto a Corte Constituinte em Lisboa, onde fazia constar a necessidade da construção de uma capital no centro do Brasil. Sugeriu o nome “Brasília” para esta futura capital;

1823: Após a Independência do Brasil, na sessão de 7 de junho de 1823 da Assembleia Constituinte, foi lido um memorando de José Bonifácio propondo a instalação da capital na recém criada comarca de Paracatu/MG, com o nome de Brasília” ou “Petrópolis”;

1883: A mais conhecida das profecias e premonições a Brasília. Na noite de 30 de agosto de 1883, Dom Bosco (16 de agosto de 1815 – 31 de janeiro de 1888) teve a visão de uma terra prometida próxima a um lago, entre os paralelos 15 e 20 do hemisfério sul, um lugar de muita riqueza onde correriam rios de leite e mel;

1891: Com o advento da República, o tema da mudança da capital voltou à tona. Foi fixado no texto da Constituição de 1891, o artigo 3º, o imperativo da criação de uma nova capital no centro do país:” Fica pertencendo à União, no Planalto Central da Republica, um zona de 14.400 Km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”;

1892: Floriano Viera Peixoto (30 de abril de 1839 – 29 de junho de 1895), primeiro Vice-Presidente e segundo Presidente brasileiro, deu objetividade ao texto da Constituição de 1891, constituindo em 1892 a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob chefia de Luís Cruls;

Luis Cruls (21 de janeiro de 1848 – 21 de junho de 1908), diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, após pesquisa de Campo, apresentou à comissão dois relatórios delimitando uma área retangular de 90 x 160Km, a qual ficou conhecida como retângulo Cruls.

O retângulo Cruls imediatamente passou a figurar em todos os mapas brasileiros doravante publicados na República Velha. Consagrava-se a ideia de transferência da sede do poder político sobre os argumentos de defesa estratégica, coesão territorial e criação de uma cultura autenticamente nacional;

1894 -1898: Os relatórios da expedição Cruls não foram concluídos e, durante o mandato presidencial de Prudente de Moraes Barros (4 de outubro de 1841 – 3 de dezembro de 1902), foram abandonados face a um movimento que se estabeleceu entre os parlamentares contra a transferência da capital do Rio de Janeiro, além de propostas de localizações diferentes da apontada no relatório;

1902 – 1906: Durante o mandato presidencial de Francisco de Paula Rodrigues Alves (7 de julho de 1848 – 16 de janeiro de 1919) pareceram solucionados os motivos para a mudança da capital e o tema perdeu o vigor;

1903 – 1922: Entre os anos de 1903 e 1919, foram apresentadas moções de reabertura do debate de mudança da capital, mas não encontraram receptividade. Durante o mandato presidencial de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (23 de maio de 1865 – 13 de fevereiro de 1942) a ideia ressurgiu e ele ordenou o lançamento de

uma pedra fundamental no retângulo Cruls; 1922 – 1926: Artur da Silva Bernardes (8 de agosto de 1875 – 23 de março de 1955), Presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926, levou adiante o projeto de mudança da capital, considerando salutar e de necessidade urgente o afastamento do governo para o centro do território nacional;

1933: A Grande Comissão Nacional de Divisão Territorial e Localização da Capital recomendou a ratificação do disposto na Constituição de 1891, com a consequência de, na Constituição de 1934, a transferência ser outra vez oficialmente determinada. Contudo, Getúlio Dornelles Vargas (19 de abril de 1882 – 24 de agosto de 1954), durante seu primeiro mandato (1930 a 1945), não fez qualquer movimento para a implantação das leis e a Constituição do Estado Novo, outorgada em 1937, silenciou sobre o tema.

Ao final do Estado Novo, a eclosão de inúmeras greves de trabalhadores, entre outras forças e movimento, foi vista como ameaça à ordem pública e, por isso, prejudicial a um governo tranquilo, acabou por induzir os parlamentares à ideia de que a grande metrópole do Rio de Janeiro não mais servia como sede do Governo Federal.

Retomou-se o projeto de mudança em meio a um grande debate que opunha aqueles que viram o projeto como um dispêndio desnecessário de recursos contra os que entendiam a mudança necessária como parte de uma nova geopolítica.

Na Constituição de 1946, seu artigo 4º das Disposições Transitórias, reza que “ A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País” e seu primeiro parágrafo obrigava a formação de uma comissão no prazo de sessenta dias, para levar adiante os trabalhos técnicos, impondo ao Presidente Eurico Gaspar Dutra (18 de maio de 1853 – 11 de junho de 1974) a criação de um grupo para definir a localização da cidade. Esta comissão entregou o

relatório em 1948, o qual foi examinado pelo Congresso no ano seguinte, contudo, o parecer do relator indicou um local para a Capital fora do Planalto Central;

1953: Nova comissão foi formada em 1953, por ordem de Getúlio Vargas. Com o auxílio da empresa de levantamento aéreo Donald Belcher & Associados Inc., dos Estado Unidos, foi elaborado um documento técnico indicando cinco pontos favoráveis dentro do retângulo Cruls;

1954: No governo de Café Filho (1954-1955), a comissão escolheu o Sítio Castanho como o local definitivo, delimitando uma área de 5.850 km² entre os rios Preto e Descoberto e os paralelos 15°30'S e 16°03'S. O Marechal José Pessoa, chefe da comissão, sugeriu então, como nome da cidade: Vera Cruz. No final de 1955, começaram as desapropriações necessárias para a ocupação de área;

1960: em 21 de abril de 1960, é inaugurada a nova capital do Brasil, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK).

Em termos filatélicos, o uso da imagem de

Brasília é recente. O primeiro selo ilustrado com a imagem de Brasília é o RHM C-418 emitido em 08.08.1958 comemorativo a Construção de Brasília ilustrado com imagem aérea do Palácio da Alvorada, arte de Bernardino da Silva Lancetta.

Entretanto, ao se observar com maior detalhe o selo comemorativo ao CENTENÁRIO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL RHM C-20 emitido em 11.08.1927, pode-se constatar a demarcação do retângulo Cruls no mapa brasileiro, podendo assim se caracterizar como a primeira emissão comemorativa a referenciar Brasília.

Aqui se deve observar que a arte original (Figura 1) não possuía a imagem do retângulo Cruls, tampouco os primeiros ensaios em preto (Figura 2) e vermelho (Figura 3) retratavam o retângulo.

Os ensaios em preto (Figura 4), em vermelho (Figuras 5a e b) e em azul (Figura 6) já trazem o retângulo Cruls.

A prova de prancha na dimensão do selo emitido (Figura 7) define o primeiro selo a ser emitido com menção a Brasília.



Figura 1 - Desenho original, na cor vermelha, do Sr. Porciúncula Moraes na dimensão unitária de 35 x 24mm. Não apresenta o retângulo Cruls e a lâmpada tem chama (tipo I). Figura extraída do Boletim da Sociedade Filatélica Paulista;



Figura 2 - Par do ensaio, na cor preta, em papel jornal na dimensão unitária do retângulo do selo: 29 x 19mm. Não apresenta o retângulo Cruls e a lâmpada tem chama (tipo I);



Figura 3 - Par do ensaio, na cor vermelha, em papel couché, na dimensão unitária do retângulo do selo: 29 x 19mm. Não apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo I);



Figura 4 - Ensaio, na cor preta, em papel couché na dimensão unitária do retângulo do selo: 35 x 23mm. Não apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo I);



Figura 5a - Ensaio, na cor vermelha, em papel couché na dimensão unitária do retângulo do selo: 35 x 23mm. Não apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo II);



Figura 5b - Bloco de 9 selos do ensaio, na cor vermelha, em papel couché na dimensão unitária do retângulo do selo: 35 x 23mm. Não apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo II). Apresenta no conjunta o selo comemorativo RHM C-19. Pertence à coleção do Sr. Noely Orsato;



Figura 6 - Bloco de 6 selos do ensaio, na cor azul, em papel couché na dimensão unitária do retângulo do selo: 35 x 23mm. Não apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo II). Apresenta no conjunta o selo comemorativo RHM C-19. Pertence à coleção do Sr. Noely Orsato;



Figura 7 - Par do ensaio, na cor vermelha, em papel couché na dimensão unitária do retângulo do selo: 29 x 19mm. Apresenta o retângulo Cruels e a lâmpada tem chama (tipo III);



Figura 8 - Selo emitido em 11 de agosto de 1927, RHM C-20

MULHERES BRASILEIRAS QUE FIZERAM HISTÓRIA

Agnaldo de Souza Gabriel

Entre julho e dezembro de 2019, foi emitida uma série de seis selos pelos Correios do Brasil, homenageando Elza Soares (Edital 15/2019), Hortência (Edital 17/2019), Hebe Camargo (Edital 21/2019), Carolina Maria de Jesus (Edital 24/2019), Maria da Penha (Edital 27/2019) e Aracy Guimarães Rosa (Edital 32/2019). Cada uma a seu modo, foram mulheres brasileiras que fizeram história. Mas, evidentemente, não foram as únicas...

Em complemento a esta homenagem, temos a seguir, em ordem de nascimento, uma seleção com doze outras mulheres brasileiras, nascidas ou que viveram no Brasil, e que merecem o título deste artigo.

Maria Quitéria (1792-1853)

Maria Quitéria de Jesus nasceu em Feira de Santana/BA, em 1792, e faleceu em Salvador/BA, em 21 de agosto de 1853.

Maria Quitéria foi uma combatente pela Independência do Brasil na Bahia. Fugiu da fazenda em que morava com a família e, escondida sob uma identidade masculina, alistou-se no Batalhão de Voluntários do Príncipe. É reconhecida por ser a primeira mulher numa unidade militar das Forças Armadas Brasileiras. Após a independência, foi condecorada com a “Imperial Ordem do Cruzeiro” pelo imperador Dom Pedro I. Em 1996, recebeu o título de patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Em 26 de julho de 2018, por meio da lei federal 13.697, teve seu nome incluído no Livro dos Heróis da Pátria.



Figura 1 - Emissão: 21/08/1953 - 100 Anos da Morte de Maria Quitéria de Jesus - Postal: Ed. Brasilmax, S/N - Obliteração ordinária: Feira de Santana/BA - 21/08/1953.

Imperatriz Maria Leopoldina (1797-1826)

Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena nasceu em Viena/Áustria, em 22 de janeiro de 1797 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1826.



Figura 2 - Emissão: 07/11/2017 - Série 200 Anos de Independência - 200 Anos da Vinda da Princesa D. Leopoldina ao Brasil - Postal: Ed. Postais Temáticos, S/N - Obliteração ilustrada de 1º dia de circulação: Rio de Janeiro/RJ - 07/11/2017 (concordância visual tripla).

A Imperatriz Maria Leopoldina foi a primeira esposa de Dom Pedro I. No Brasil, adotou o prenome de Maria, passando a assinar Maria Leopoldina. É considerada, por muitos historiadores, como um dos principais articuladores do processo de Independência do Brasil. Foi também conselheira de Dom Pedro em importantes decisões políticas que refletiram no futuro do Brasil, como o Dia do Fico e a posterior oposição e desobediência às cortes portuguesas quanto ao retorno de Dom Pedro a Portugal. Em 2 setembro de 1822, Leopoldina enviou ao então príncipe Pedro uma carta, juntamente com outra de José Bonifácio, exigindo que ele proclamasse a independência do Brasil: “O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece”. A carta chegou a ele cinco dias depois, no dia 7 de setembro de 1822, em São Paulo, às margens do rio Ipiranga...

Anita Garibaldi (1821-1849)

Ana Maria de Jesus Ribeiro nasceu em Laguna/SC em 30 de agosto de 1821 e faleceu na cidade de Ravena/Itália, em 4 de agosto de 1849.



Figura 3 - Emissão: 14/04/1967 - Série Mulheres Famosas do Brasil: Anita Garibaldi - Postal: Ed. R. Franzoni, S/N - Obliteração comemorativa: São Paulo/SP - 30/08/1971 (concordância visual tripla).

Anita Garibaldi lutou ao lado de Giuseppe Garibaldi na Revolução Farroupilha no Brasil e depois no processo de unificação da Itália, aonde veio a falecer. Giuseppe Garibaldi, no entanto, não foi seu primeiro casamento: Em 1835, quando tinha apenas 14 anos, Anita casou-se com Manuel Duarte de Aguiar. Porém, depois de apenas três anos de casados, o marido alistou-se no exército imperial e abandonou a jovem esposa. Ela conheceu Garibaldi em 1839, aos 18 anos, e tiveram seu primeiro filho ainda no Brasil, em 1840. Em 1841 foram para o Uruguai, onde se casaram oficialmente em 1842 e tiveram mais três filhos. Foram para a Itália em 1847 e, ao lado do marido esteve na proclamação da República Romana, em 9 de fevereiro de 1849, já grávida do quinto filho. Porém Anita viria a falecer em agosto do mesmo ano, junto com a criança. Em



Figura 4 - Emissão: 26/10/1989 - Literatura Brasileira - Dia do Livro - 100 Anos do Nascimento de Cora Coralina
Postal: Ed. Particular, S/N - Obliteração ilustrada de 1º dia de circulação: Goiás/GO - 26/10/1989.

30 de abril de 2012, através da Lei 12.615, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Cora Coralina (1889-1985)

Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas nasceu na cidade de Goiás/GO, em 20 de agosto de 1889 e faleceu em Goiânia/GO, no dia 10 de abril de 1985.

Cora Coralina é considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras. Apesar de começar a escrever seus primeiros textos quando tinha ainda 14 anos, a poetisa teve seu primeiro livro, “Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais”, publicado somente em 1965, quando já tinha 75 anos de idade. Foi, porém, somente a partir da segunda edição, em 1978, que o livro ganhou a atenção merecida. Retratava a simplicidade e sabedoria da vida, como em um de seus versos: “recria tua vida, sempre, sempre. Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça”.

Bidu Sayão (1902-1999)

Balduína de Oliveira Sayão nasceu em Itaguaí/RJ, no dia 11 de maio de 1902 e faleceu nos Estados Unidos, na cidade de Rockport, em 12 de março de 1999.



Figura 5 - Emissão: 11/05/2006 - Homenagem a Bidu Sayão - Postal: Ed. Coleção Marcelo Del Cima, S/N - Obliteração ilustrada de 1º dia de circulação: Rio de Janeiro/RJ - 11/05/2006 (concordância visual tripla).

Bidu Sayão é considerada uma das maiores estrelas da ópera de todos os tempos e uma das maiores intérpretes do Brasil. Estreou em 1926

no Teatro Costanzi de Roma, no papel de Rosina, em O Barbeiro de Sevilha, de Rossini. Em 1937 estreou no Metropolitan Opera House de Nova York, no papel de Manon na ópera de Massenet. Esteve, entre outros, em papéis de destaque em óperas de Puccini, Mozart, Verdi e Strauss. Foi uma das principais artistas do Metropolitan Opera House por 15 anos, de 1937 a 1952.

Olga Prestes (1908-1942)

Olga Gutmann Benário Prestes nasceu na Alemanha, em Munique, no dia 12 de fevereiro de 1908 e morreu no dia 23 de abril de 1942, aos 34 anos de idade, na câmara de gás no campo de extermínio de Bernburg, com mais outras 199 prisioneiras.



Figura 6 - Emissão: 03/09/1959 - Heróis da Resistência: Olga Benário Prestes - Postal: Ed. Reinchenbach I.V. - Obliteração comemorativa: Berlim/Alemanha DDR - 03/09/1959.

Olga veio para o Brasil em 1934, por determinação da Internacional Comunista, para apoiar o Partido Comunista Brasileiro, junto a

Luís Carlos Prestes. Com o objetivo de liderar uma revolução armada comunista no Brasil, tinham o apoio do regime comunista soviético. Um levante armado foi tentado em novembro de 1935, mas a insurreição foi fortemente reprimida pelo governo Vargas e muitos líderes comunistas foram presos, no episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista. Após a Intentona, Olga e Prestes conseguiram viver na clandestinidade por mais alguns meses, mas acabaram presos em 1936. No mesmo ano foi deportada, grávida, para a Alemanha nazista. Sua filha foi entregue para a avó, mas Olga permaneceu sob o cárcere nazista, de onde nunca mais saiu viva.

Carmen Miranda (1909-1955)

Maria do Carmo Miranda da Cunha nasceu em Portugal, na cidade de Marco de Canaveses, no dia 9 de fevereiro de 1909. Morreu de um ataque cardíaco nos Estados Unidos, em Beverly Hills, com apenas 46 anos, no dia 5 de agosto de 1955.



Figura 7 - Emissão: 06/10/2009 - 100 Anos do Nascimento de Carmen Miranda - Postal: Ed. Museu Carmen Miranda, nº 5 - Obliteração de 1º dia de circulação: Rio de Janeiro/RJ - 06/10/2009 (concordância visual tripla).

Nascida em Portugal, Carmen Miranda veio para o Brasil com apenas 10 meses de idade.

Trabalhou no rádio, no teatro de revista, no cinema e na televisão. Em 20 anos de carreira foram 279 canções no Brasil e mais 34 nos Estados Unidos, além de 14 filmes. Com uma carreira artística de sucesso no Brasil e Estados Unidos entre as décadas de 1930 e 1950, nossa Brazilian Bombshell chegou a ser a mulher mais bem paga na terra do Tio Sam. Foi a primeira sul-americana a ser homenageada com uma estrela na Calçada da Fama.

Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce) (1914-1992)

Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes nasceu em Salvador/BA, no dia 26 de maio de 1914. Faleceu na mesma cidade, no dia 13 de março de 1992.



Figura 8 - Emissão: 13/03/1993 - Homenagem à Irmã Dulce - Postal: Ed. Correios (1993) - Obliteração de 1º dia de circulação: Salvador/BA - 13/03/1993 (concordância visual tripla).

Irmã Dulce ficou conhecida por suas obras de caridade e de assistência aos pobres e mais necessitados. Ajudou a criar várias instituições filantrópicas, entre as quais o Hospital Santo Antônio, que hoje atende diariamente mais de cinco mil pessoas. Foi uma das mais importantes,

influentes e notórias ativistas humanitárias do século XX. Irmã Dulce foi beatificada em 2011, pelo Papa Bento XVI e, em 13 de outubro de 2019, foi canonizada pelo Papa Francisco com o título de Santa Dulce dos Pobres.

Maria Lenk (1915-2007)

Maria Emma Hulga Lenk Zigler nasceu em São Paulo/SP, no dia 15 de janeiro de 1915 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 16 de abril de 2007.



Figura 9 - Emissão: 19/01/2007 - 15º Jogos Panamericanos Rio 2007 - Postal: Ed. Correios (2007) - Obliteração comemorativa: Rio de Janeiro/RJ - 08/07/2007.

Maria Lenk foi a principal nadadora brasileira, tendo sido a única mulher do país a ser introduzida no Swimming Hall of Fame, em Fort Lauderdale, nos Estados Unidos. Foi a primeira nadadora brasileira a estabelecer um recorde mundial. Foi também a primeira mulher sul-americana a competir em Olimpíadas, nos Jogos de Los Angeles, em 1932. É considerada pioneira da nataçao moderna, pois foi a primeira mulher a usar em competiçoes o nado borboleta, sendo responsável pela introduçao deste tipo de nado, quando nadou nos Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim, em uma prova de peito. Em 13 de janeiro de 2007, a prefeitura do Rio de Janeiro deu o nome de Maria Lenk para o Parque Aquático dos Jogos Pan-Americanos de 2007.



Figura 10 - Emissão: 11/03/2012 - Fundação Dorina Nowill para Cegos: Dorina Nowill - Postal: Ed. Particular, S/N
Obliteração ilustrada de 1º dia de circulação: São Paulo/SP - 11/03/2012.

Dorina Nowill (1919-2010)

Dorina de Gouvêa Nowill nasceu em São Paulo/SP, no dia 28 de maio de 1919 e faleceu na mesma cidade, em 29 de agosto de 2010.

Dorina Nowill ficou cega aos 17 anos em virtude de uma infecção ocular, quando já cursava o magistério. No entanto, isso não foi empecilho para que continuasse e se formasse como professora. A “Dama da Inclusão” concentrou esforços na fundação da primeira imprensa Braille de grande porte do país. Na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, foi a responsável pela criação do Departamento de Educação Especial para Cegos e, em 1961, graças a seu empenho, o direito à educação ao cego virou lei.

Zilda Arns (1934-2010)

Zilda Arns Neumann nasceu em Forquilha/SC, no dia 25 de agosto de 1934. Faleceu no terremoto que atingiu Porto Príncipe, no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, onde estava em uma missão humanitária.



Figura 11 - Emissão: 25/03/2010 - Emissão Mercosul - 2001-2010/Década da Cultura de Paz: Homenagem a Zilda Arns - Postal: Ed. Pocelli Promoções, nº 13 - Obliteração ilustrada de 1º dia de circulação: Forquilha/SC - 25/03/2010 (concordância visual tripla).

Zilda Arns, irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, foi fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança (1983) e da Pastoral da Pessoa Idosa (2004), organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Formada em medicina pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1959, aprofundou-se em saúde pública, pediatria e sanitário, visando a salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário. Foi indicada postumamente ao Prêmio Nobel da Paz, em 2011.

Maria Esther Bueno (1939-2018)

Maria Esther Andion Bueno nasceu em São Paulo/SP, no dia 11 de outubro de 1939. Faleceu também em São Paulo/SP, no dia 8 de junho de 2018.

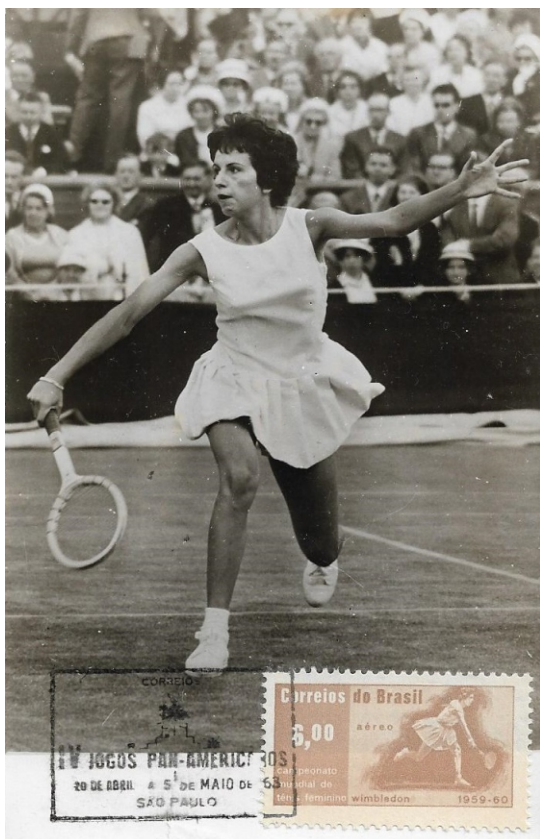


Figura 12 - Emissão: 15/12/1960 - Campeonato Mundial de Tênis Feminino Wimbledon - Vitória de Maria Esther Bueno - Postal: Sem Editora - Obliteração comemorativa: São Paulo/SP - 20/04 a 05/05/1963.

Maior tenista brasileira de todos os tempos, em seus vinte anos de carreira, Maria Esther Bueno colecionou 589 títulos internacionais, incluindo os torneios individuais de Forest Hills (atual US Open) em 1959, 1963, 1964 e 1966, e os de duplas de 1960, 1962 e 1968. Ao todo, venceu dezenove torneios do Grand Slam (sete na categoria simples, onze em duplas femininas e um em duplas mistas). Foi líder do ranking feminino em 1959 e novamente em 1964. Mas ela também brilhou em terras tupiniquins: nos Jogos Pan-Americanos de São Paulo, em 1963, conquistou a medalha de ouro no tênis feminino individual.

Referências

- 1) Meyer, Peter, Catálogo de Selos do Brasil, Editora RHM Ltda., 61ª edição, São Paulo/SP, 2019;
- 2) Wikipédia: Anita Garibaldi, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Anita_Garibaldi
- 3) Wikipédia: Bidu Sayão, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bidu_Say%C3%A3o
- 4) Wikipédia: Carmen Miranda, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carmen_Miranda
- 5) Wikipédia: Cora Coralina, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cora_Coralina
- 6) Wikipédia: Dorina Nowill, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dorina_Nowill
- 7) Wikipédia: Imperatriz Maria Leopoldina, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Leopoldina_de_%C3%81ustria
- 8) Wikipédia: Maria Quitéria, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Quit%C3%A9ria
- 9) Wikipédia: Maria Esther Bueno, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Esther_Bueno
- 10) Wikipédia: Maria Lenk, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Lenk
- 11) Wikipédia: Olga Prestes, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Olga_Ben%C3%A1rio_Prestes
- 12) Wikipédia: Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce), disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Irm%C3%A3_Dulce
- 13) Wikipédia: Zilda Arns, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zilda_Arns
- 14) Máximos postais do acervo do autor.



Filatelia

Revista da FEBRAF

